

Relatório Anual 2018

Plano Multifuturo II



FUSESC | FUNDAÇÃO CODESC
DE SEGURIDADE SOCIAL

Juntos construindo a sua história

O Relatório Anual da Fusesc é parte do compromisso da Entidade com a transparência e o relacionamento com seus públicos. O documento é publicado anualmente e apresenta informações sobre a gestão, resultados operacionais e impactos econômicos. Este Relatório refere-se ao exercício de 2018.

A Fusesc

Criada em 04 de abril de 1978, a Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, cujo objetivo é garantir benefícios previdenciários complementares aos seus Participantes e Assistidos, de forma a contribuir para a manutenção da qualidade de vida no período da aposentadoria.

A Entidade realiza a gestão de três planos de benefícios, na qual são Participantes os empregados pertencentes ao quadro de funcionários das patrocinadoras Badesc, Bescor, Codesc, Banco do Brasil, Caixa de Assistência - SIM e Fusesc.

Os recursos para administração dos planos são provenientes das contribuições mensais feitas pelos empregados e patrocinadoras. Estes recursos são investidos no mercado financeiro, de acordo com o que rege a Política de Investimentos da Fusesc, buscando obter a melhor rentabilidade, liquidez e segurança.

Por meio desses investimentos são garantidos os pagamentos dos benefícios aos Assistidos.

Missão

Instituir e administrar planos de benefícios com excelência, oferecendo segurança financeira aos participantes e assistidos.

Visão

Alcançar um nível de eficiência administrativa acima do mercado, garantindo a sustentabilidade futura da entidade.

Valores

- Ética e respeito à legislação como princípios de ação.
- Zelo pela solidez e imagem da instituição.
- Garantia da perenidade e previsibilidade na gestão dos planos de benefícios.
- Aprimoramento dos serviços prestados visando a satisfação dos participantes e assistidos.
- Comprometimento com a qualificação dos profissionais de acordo com os objetivos e padrões de excelência da entidade.
- Atuação institucional para fortalecimento do sistema de previdência complementar do país.

Sumário

Gestão da Fusesc	5
Dedicação e resultados	5
Acompanhe o que aconteceu na Fusesc em 2018	6
Comunicação e Relacionamento	11
Educação Financeira e Previdenciária - Programa A Escolha Certa	12
Gestão de Seguridade	14
Plano Multifuturo II	14
Gestão de Investimentos	15
Plano Multifuturo II tem rentabilidade de 8,59% em 2018	15
1.Demonstrações Contábeis	16
1.1. Balanço Patrimonial	16
1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	17
1.3. Demonstração do Ativo Líquido do Plano Multifuturo II	18
1.4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Multifuturo II	19
1.5. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Multifuturo II	20
1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	21
1.7. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	22
2.Pareceres	41
2.1. Parecer Atuarial da Avaliação em 31/12/2018	41
2.2. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	48
2.3. Parecer do Conselho Fiscal	52
2.4. Parecer do Conselho Deliberativo	53
3.Investimentos	54
3.1. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano Multifuturo II	54
3.2. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa	57
3.3. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano Multifuturo II	60
3.4. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa	63

Gestão da Fusesc



Dedicação e resultados

Em 2018 a Fusesc completou 40 anos de experiência na gestão de planos de benefícios, contabilizando resultados positivos. Trabalhando continuamente na melhoria da governança corporativa, os resultados alcançados são fruto das ações definidas no Planejamento Estratégico, da sólida Política de Investimentos dos Planos de Benefícios, do aprimoramento dos processos internos, sistemas e da comunicação e no relacionamento com seus Participantes e Assistidos.

Acompanhe o que aconteceu na Fusesc em 2018

Otimização permanente de recursos

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis. Desta forma, a Diretoria Executiva da Fusesc vem atuando fortemente na gestão administrativa da Fusesc, com diversas ações que visam à melhoria operacional e a segurança dos processos. Com o objetivo de economizar recursos, realiza a otimização pessoal e de processos, sempre levando em consideração a eficiência da Entidade.

Gerência de Tecnologia da Informação - A Fusesc está trabalhando no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que tem por objetivo garantir que todos os processos da Entidade mantenham funcionamento em caso de ocorrência de incidentes e interrupções de negócios. O PCN está sendo desenvolvido preventivamente, de modo a permitir o planejamento e a garantia dos serviços essenciais. Iniciado em 2015, já teve várias etapas concluídas. Em 2018 foram contratados dois links de internet e realizada a compra de dois equipamentos de firewall. Até o segundo semestre de 2019 está prevista a migração de todos os serviços para a nuvem, o que proporciona ainda mais segurança dos dados.

Além disso, a Fusesc trabalhou no projeto de modernização do autoatendimento no site da Entidade, para customizar, adaptar e melhorar o sistema de acesso dos Participantes e Assistidos. A atualização foi lançada em abril de 2018. O novo autoatendimento utiliza o conceito de Dashboard, onde as informações são apresentadas de forma mais moderna, intuitiva e direta. Informações como saldo, contribuições mensais, valor da cota, histórico de benefícios e gráficos estão disponíveis nesta nova versão.

Gerência de RH e Administrativa - Em dezembro de 2018 o Conselho Deliberativo aprovou diversos ajustes no Sistema de Carreira e Remuneração da Entidade, dentre elas a junção da área Administrativa com a área de Tecnologia da Informação.

Além disso, durante o ano foram realizadas diversas obras de manutenção nos imóveis, tais como, reforma geral do Edifício Pedro Gil, revitalização da fachada do Ed. Planet Towers e reforma da área externa do Ed. Refex.



Processo Eleitoral Fusesc 2018

Em julho, o Conselho Deliberativo da Fusesc aprovou o Edital para o Processo Eleitoral 2018, que elegeu três membros efetivos e três membros suplentes para o Conselho Deliberativo, dois membros efetivos e dois membros suplentes para o Conselho Fiscal e o Diretor Superintendente.

O hotsite das Eleições foi lançado pela Comissão Eleitoral no dia 03 de agosto e as inscrições das chapas puderam ser realizadas no período 06 e 17 de agosto de 2018. Conforme o cronograma, no dia 17 de agosto aconteceu a divulgação das chapas inscritas pelo hotsite da Eleições. Os Participantes e Assistidos puderam votar pela internet ou pelo telefone entre os dias 24 e 28 de setembro. A Comissão Eleitoral realizou a apuração dos votos no dia 28 de setembro de 2018 e o resultado foi divulgado nos meios institucionais da Fusesc na mesma data.



No dia 28 de dezembro, às 17h, no auditório da Fusesc tomaram posse os novos conselheiros e Diretores da Fusesc. Vânio Boing (Superintendente), eleito pelos Participantes e Assistidos, e Marcos Anderson Treitinger (Diretor Financeiro e Administrativo), indicado pela Patrocinadora Banco do Brasil, assumiram os mandatos para dirigir a instituição pelos próximos quatro anos.

Os Conselheiros eleitos também assumiram seus mandatos. Tomaram posse no Conselho Deliberativo Mauro Luiz de Oliveira, Fernanda Lamers Grunitzky e Guniberd Metzler e seus respectivos suplentes, Celso Francisco Rebellato, Helena Fávero Xavier e Susete Mara Bonezzi. No Conselho Fiscal assumiram Ricardo Bayer Battistotti (Presidente) e Sérgio Luiz Muniz, bem como os suplentes Jair dos Anjos Flor e Ricardo José Stringari.

Fusesc comemorou 40 anos

No dia 04 de abril de 2018 a Fusesc completou 40 anos. Com importância histórica, a Fusesc foi fundada no mesmo ano de início de vigência da Lei nº 6.435/1977, a qual criou a Previdência Complementar no Brasil. Desde então, destacou-se como um dos maiores fundos de pensão de Santa Catarina.

Para comemorar seus 40 anos a Fusesc lançou em março um Concurso Cultural com o tema “Fusesc 40 anos – Fazendo parte da sua história”. Para participar, os Ativos e Assistidos deveriam encaminhar no site do concurso um VÍDEO ou uma FRASE falando sobre a importância da Fusesc para a sua vida.



Foram premiados dois Participantes e dois Assistidos que enviaram os melhores vídeos e

frases. Os vencedores da melhor frase foram Debora dos Reis Silva dos Santos (Participante) e Oswaldo Giacomini (Assistido). Já os dos melhores vídeos foram Karen Sabrina Bayestorff Duarte (Participante) e Paulo Augusto Pottker (Assistido). Os vídeos e frases estão disponíveis no site da Fusesc.

Apresentações de Prestação de Contas

Na Prestação de Contas de 2018 foram visitadas 13 cidades catarinenses, entre os dias 6 de junho e 3 de julho, que reuniram um total 375 de Participantes e Assistidos.

Nos encontros a Diretoria da Fusesc levou informações sobre a gestão dos planos de benefícios e da Fusesc. As reuniões aconteceram em Criciúma, Tubarão, Chapecó, São Miguel do Oeste, Concórdia, Lages, Joaçaba, Rio do Sul, Blumenau, Mafra, Joinville, Balneário Camboriú e Florianópolis.



O arquivo das apresentações realizadas está disponível para download no menu Espaço Transparência > Prestação de Contas, no site da Fusesc - www.fusesc.com.br.

Recadastramento Obrigatório de Assistidos e Pensionistas

A Fusesc realiza periodicamente o Recadastramento Obrigatório de seus Participantes e Assistidos. Além de atender o que regem a legislação e os Regulamentos dos Planos de Benefícios, as informações atualizadas são utilizadas para realizar os cálculos atuariais para o pagamento de benefícios, as gestões tributária e legal, promover a comunicação e o relacionamento com o público, dentre outras ações.

Em julho de 2017 a Fusesc iniciou o Recadastramento dos Assistidos, que terminou em junho de 2018 e contou com diversas etapas para atingir os diversos públicos da Fusesc. Foram enviadas fichas cadastrais por grupos estabelecidos em um cronograma, disponibilizado no site. Para facilitar, na ficha já estavam pré-preenchidos os dados constantes no cadastro da Fusesc. A divulgação foi realizada em todos os meios de comunicação da Fusesc. O recadastramento foi finalizado com sucesso com retorno de 92%.

Presença no 39º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP realizou entre os dias 10 e 12 de setembro o 39º Congresso Brasileiro de Previdência Complementar Fechada, em Florianópolis/SC. O evento, que tem a maioria de seu público formada por conselheiros, diretores e técnicos das EFPC brasileiras, é o maior do mercado relacionado ao assunto. O tema deste ano foi “Disruptura e o mundo do novo século” e abordou as transformações do mundo atual e como as entidades de previdência complementar podem se adaptar a essa nova realidade. A Fusesc esteve presente no evento representada por Diretores e Conselheiros.

Aprovadas Política de Investimento dos Planos – 2019 a 2023

O Conselho Deliberativo da Fusesc aprovou, em 09 de outubro de 2018, as Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios, que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019. Elas possuem validade para os próximos cinco anos (2019/2023), foram desenvolvidas com base na diversificação da carteira de investimentos e contemplam as diversas oportunidades que possam surgir no mercado financeiro, sempre considerando a relação risco x retorno. O foco da revisão foi referente às adaptações procedentes da nova resolução 4.661/2018.



Empreendimento Vitale Residence

Em outubro a Vitale Empreendimento Imobiliário Ltda. obteve a aprovação da alteração de comercial para residencial do projeto do empreendimento em construção na Rua Presidente Coutinho, em Florianópolis/SC, por meio de Alvará de Licença emitido pela Prefeitura Municipal.



O empreendimento compreende duas torres numa área total construída de 21.156, 81 m², cabendo à Fusesc 7.781,39 m², equivalente a uma participação de 36,78% no empreendimento, composta por 40 apartamentos, 40 hobbies box e 84 vagas de garagens. As obras do Vitale Residence estão a todo vapor, o empreendimento é de alto padrão e construído pela Construtora Beco Castelo.

Novo Estatuto da Fusesc

O processo de alteração do Estatuto da Fusesc foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC, de acordo com a Portaria nº 684, de 13 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2018.

O Estatuto trata exclusivamente da estrutura organizacional da FUSESC e não tem qualquer relação com os benefícios dos Participantes e Assistidos, os quais são regulados pelos Planos de Benefícios. O documento está disponível no site da Fusesc – www.fusesc.com.br – no menu Espaço Transparência > Estatuto.

As principais alterações foram:

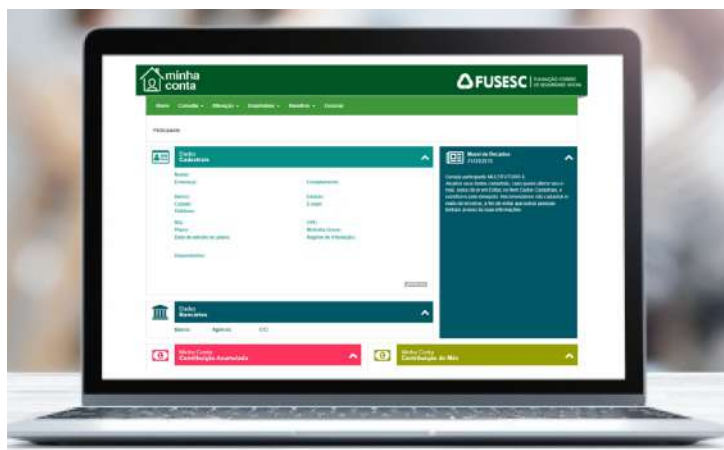
- Redução de três para duas Diretorias, sendo que as atividades da área de Seguridade foram absorvidas pelo Diretor Superintendente e as atividades da área Administrativa foram absorvidas pelo Diretor Financeiro;
- Melhor definição das regras de preenchimento e substituição das vagas dos órgãos estatutários;
- Compatibilização do Estatuto com o prazo de mandato, mantida a vigência de quatro anos;
- Aumento do quórum mínimo para as reuniões do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;

- Ajuste e melhor detalhamento das competências do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, respeitada a Lei Complementar nº 108/2001;
- Possibilidade de administração de planos instituídos, criados por órgãos de classe e associações, por exemplo;
- Racionalização da estrutura organizacional, com melhorias de eficiência e redução de custos.

Novo layout no Autoatendimento do site

O Autoatendimento do site da Fusesc passou por uma reformulação e ficou mais moderno em 2018. Com a nova interface, as informações principais sobre os planos já estão disponíveis na primeira tela, de forma destacada, facilitando todas as interações deste espaço feito especialmente para Participantes e Assistidos. O layout ficou mais atrativo e intuitivo.

No Autoatendimento, é possível visualizar o contracheque, extrato do saldo de conta, realizar atualizações cadastrais, fazer a simulação e contratação de empréstimos, entre outras funcionalidades. A área pode ser acessada com o CPF e senha no topo do site da Fusesc.



Alteração Regulamentar é aprovada pela PREVIC

Foram aprovadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC as mudanças nos Regulamentos do Plano de Benefícios I e do Plano de Benefícios Multifuturo I. Os documentos alterados estão disponíveis no site da Fusesc.

As principais alterações foram:

Plano de Benefícios I

- Inclusão de previsão para o recálculo atuarial dos benefícios, para o caso de inclusão ou alteração de dependentes.
- Inclusão de faculdade de contratação de seguro para cobertura de riscos do plano, em conformidade com o art. 3º da Resolução CNPC nº 17, de 30/03/2015.

Plano de Benefícios Multifuturo I

- Exclusão do Capítulo XII do Regulamento alinhando a norma ao modelo de alocação de recursos em carteira de investimento adotado pela Entidade.
- Inclusão de faculdade de contratação de seguro para cobertura de riscos do plano, em conformidade com o art. 3º da Resolução CNPC nº 17, de 30/03/2015.

Comunicação e Relacionamento

Canais de Comunicação e Relacionamento da Fusesc

A Fusesc disponibiliza diversos canais para que Participantes e Assistidos possam obter informações atualizadas a respeito da gestão dos planos de benefícios, esclarecerem dúvidas a respeito da concessão de aposentadoria, simular e contratar empréstimos, dentre outras. Confira:

Site - www.fusesc.com.br - O site disponibiliza o Espaço Transparência, que facilita o rápido acesso ao Estatuto, Regulamentos dos Planos, Manual do Participante, Demonstrativos Atuariais, Relatórios Anuais, Código de Conduta e Ética, Legislação, Prestação de Contas, entre outras informações. Lá também ficam disponíveis, os jornais Notícias da Fusesc, lâminas de rentabilidade e de seguridade, notícias, entre outras informações. Também é possível mandar mensagens na área de Contato. Na área de Autoatendimento, é possível visualizar o contracheque, extrato do saldo de conta, realizar atualizações cadastrais, fazer a simulação e contratação de empréstimos.



E-mail - central@fusesc.com.br - Basta mandar uma mensagem para o endereço de e-mail, os atendentes irão responder com a maior brevidade possível.

Central de Atendimento – atendimento telefônico e presencial – No horário de atendimento das 8h00 às 17h00 horas, sem intervalo de almoço, os atendentes da Central estão disponíveis no telefone 0800 48 3000 (ligação gratuita) ou para atendimento presencial na sede da Fundação, na Rua Dom Jaime Câmara, 217, térreo - Centro – Florianópolis/SC.

Jornal Notícias da Fusesc - No jornal trimestral, são publicadas notícias para acompanhamento das informações dos planos, gestão, segmento financeiro e previdenciário, entre outras.

Newsletter da Fusesc - Enviada por e-mail e com periodicidade quinzenal, é um canal de informações ágil.

Mensagens por SMS - As mensagens são enviadas para o celular cadastrado na Entidade, quando é necessário informar com rapidez sobre assuntos relevantes.

Total de atendimentos em 2018 **18.048**

Realizados por telefone, e-mail e presenciais

Educação Financeira e Previdenciária - Programa A Escolha Certa

Desenvolvido pela Fusesc e demais entidades que fazem parte da Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar - ASCPrev, o Programa de educação financeira e previdenciária A Escolha Certa difunde os conceitos da previdência complementar, promove a educação e a conscientização financeira e estimula a poupança de longo prazo.



Portal: www.aescolhacerta.com.br

Facebook: www.facebook.com/programaaescolhacerta

Instagram: www.instagram.com/programaaescolhacerta

Ações do Programa em 2018

Poupar ou não poupar, eis a questão

O programa participou da 5ª Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF), que ocorreu entre 14 e 20 de maio, com um quiz para as entidades associadas – entre elas a Fusesc, que trouxe o tema “Poupar ou não poupar, eis a questão”.

Para participar, além de preencher o cadastro, era necessário assistir ao vídeo animado e responder perguntas sobre o conteúdo abordado. A ação encerrou em 25 de maio e os prêmios foram um squeeze para o primeiro colocado e um jogo de frescobol para o segundo.



Concurso Cultural “Agente do Futuro”

Em homenagem ao Dia do Jovem, 13 de abril, o A Escolha Certa lançou o concurso cultural Agente do Futuro, que premiou os vencedores de cada entidade com um par de ingressos para o show do Lulu Santos, que aconteceu no dia 20 de abril, em Florianópolis/SC.

Para concorrer, o Participante deveria indicar um colega de trabalho que não possui um plano de previdência e enviar uma mensagem sobre a importância de planejar financeiramente o futuro.



Concurso cultural “Jogada Certa”

O Concurso Cultural Jogada Certa trouxe dicas financeiras aos Participantes e Assistidos das entidades que fazem parte do programa A Escolha Certa. Ao final das dicas, um quiz foi realizado e o vencedor levou uma Smart TV 55 polegadas Full HD. A ação foi realizada durante a Copa do Mundo.



Jogo da Memória

Em comemoração ao Dia das Crianças, o programa lançou em outubro um Jogo da Memória para auxiliar as crianças a assimilarem conceitos sobre educação financeira.

Novo site e Instagram

Com um layout mais atrativo e intuitivo, o novo portal do A Escolha Certa entrou no ar em novembro. O objetivo da reformulação foi deixar o site mais moderno, com uma navegação amigável para computadores, tablets e smartphones.

Ao acessar o portal é possível encontrar notícias sobre educação financeira e previdenciária, ações interativas e concursos. Além disso, estão disponíveis os vídeos que trazem temas como tributação, IR e educação financeira para crianças.



Na ocasião, o A Escolha Certa também lançou um perfil no Instagram para ficar mais próximo ao seu público.

Gestão de Seguridade

A Seguridade é responsável pelas etapas de vinculação do Participante com o plano de benefícios, desde sua adesão até o encerramento do benefício de previdência complementar. A arrecadação, concessão, manutenção dos benefícios, atualização e manutenção dos dados cadastrais, a gestão das premissas atuariais, fazem parte desta gestão.

Atendimentos



Em 2018

70	benefícios concedidos
26	pensões concedidas
58	óbitos registrados
21	resgates realizados
04	portabilidades
09	peças que optaram pelo BPD
03	pagamentos a herdeiros



R\$ 159.267.397,60
benefícios pagos aos
Assistidos e Pensionistas



R\$ 47.597.896,85
contribuições recebidas

Atuária

A área atuarial é responsável por fazer a constante avaliação dos planos de benefícios, visando manter assim seu equilíbrio técnico. Entre as atividades desenvolvidas pela área a definição das taxas de contribuição, o cálculo das reservas matemáticas necessárias para realizar o pagamento dos benefícios previstos nos planos e a averiguação se os cálculos estão adequados às características da massa de Participantes de cada plano.

Plano Multifuturo II

Benefícios - A Fusesc pagou R\$ 17 milhões de benefícios aos seus Assistidos e Pensionistas do Plano Multifuturo II em 2018. É a Fundação cumprindo a sua principal função que é prover a complementação de aposentadoria a quem se planejou para usufruir desse benefício.

Participantes e Assistidos - Ao final de dezembro de 2018 o Plano Multifuturo II tinha o total de 446 Participantes, entre Assistidos, pensionistas e ativos.



Gestão de Investimentos

Plano Multifuturo II tem rentabilidade de 8,59% em 2018

Para buscar e manter bons resultados, a Fusesc trabalha com uma política de investimentos conservadora, que prioriza mais segurança e menos riscos. O Plano Multifuturo II tem um montante de R\$ 283 milhões, com 73,73% dos investimentos em Renda Fixa, 5,93% em Imóveis, 14,83% em Investimentos Estruturados, 2,71% em Empréstimos e 2,80% em Renda Variável - dados de dezembro/2018.

Com esta distribuição, mesmo com as incertezas nos campos político e econômico o Plano Multifuturo II alcançou uma rentabilidade de 8,59% em 2018.

Patrimônio – O Plano Multifuturo II encerrou o ano de 2018 com R\$ 283 milhões de recursos investidos, sendo R\$ 15 milhões de superávit. As despesas totais foram na ordem de R\$ 1 milhão.



1. Demonstrações Contábeis

1.1. Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ mil					
ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>42</u>	<u>84</u>	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	<u>3.166</u>	<u>3.031</u>
<u>REALIZÁVEL</u>	<u>2.351.042</u>	<u>2.288.628</u>	Gestão Previdencial	2.114	1.916
Gestão Previdencial	15.161	15.281	Gestão Administrativa	968	995
Gestão Administrativa	4.299	3.187	Investimentos	84	120
Investimentos	2.331.582	2.270.160	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	<u>43.689</u>	<u>46.932</u>
Títulos Públicos	1.238.781	1.321.090	Gestão Previdencial	39.632	43.855
Créditos Privados e Depósitos	10.821	10.821	Gestão Administrativa	4.057	3.057
Fundos de Investimento	855.771	708.311	Investimentos	-	20
Investimentos Imobiliários	158.200	160.565	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>2.304.578</u>	<u>2.239.001</u>
Empréstimos e Financiamentos	68.009	69.373	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.178.794	2.120.943
<u>PERMANENTE</u>	<u>349</u>	<u>252</u>	Provisões Matemáticas	2.042.354	1.984.370
Imobilizado	344	237	Benefícios Concedidos	1.519.898	1.482.119
Intangível	5	15	Benefícios a Conceder	522.456	502.251
			Equilíbrio Técnico	136.440	136.573
			Resultados Realizados	136.440	136.573
			Superávit Técnico Acumulado	136.440	136.573
			Fundos	125.784	118.058
			Fundos Previdenciais	22.650	20.352
			Fundos Administrativos	100.677	95.549
			Fundos dos Investimentos	2.457	2.157
TOTAL DO ATIVO	2.351.433	2.288.964	TOTAL DO PASSIVO	2.351.433	2.288.964

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

		R\$ Mil		
DESCRIÇÃO		2018	2017	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		2.239.001	2.174.769	2,95
1. Adições		236.636	234.436	0,94
(+)	Contribuições Previdenciais	32.110	32.165	(0,17)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	182.651	182.444	0,11
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	4.655	2.443	90,54
(+)	Receitas Administrativas	8.467	8.122	4,25
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	8.360	9.068	(7,81)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	93	-	100,00
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	300	194	54,64
2. Destinações		(171.059)	(170.204)	0,50
(-)	Benefícios	(159.267)	(158.870)	0,25
(-)	Despesas Administrativas	(11.792)	(11.256)	4,76
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(78)	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		65.577	64.232	2,09
(+/-)	Provis���es Matemáticas	57.984	17.910	223,75
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(133)	38.091	(100,35)
(+/-)	Fundos Previdenciais	2.298	2.181	5,36
(+/-)	Fundos Administrativos	5.128	5.856	(12,43)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	300	194	54,64
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)		2.304.578	2.239.001	2,93

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF N   433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF N   003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC n   011832/O-3
CPF N   376.079.879-91

1.3. Demonstração do Ativo Líquido do Plano Multifuturo II

Em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

			R\$ Mil
DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	294.033	283.380	3,76
Disponível	1	1	-
Recebível	10.833	10.289	5,29
Investimento	283.199	273.090	3,70
Títulos Públicos	127.924	145.962	(12,36)
Créditos Privados e Depósitos	991	991	-
Fundos de Investimento	131.793	102.950	28,02
Investimentos Imobiliários	14.816	15.038	(1,48)
Empréstimos e Financiamentos	7.675	8.149	(5,82)
2. Obrigações	842	905	(6,96)
Operacional	340	343	(0,87)
Contingencial	502	562	(10,68)
3. Fundos não Previdenciais	10.498	9.812	6,99
Fundos Administrativos	10.305	9.647	6,82
Fundos dos Investimentos	193	165	16,97
5. Ativo Líquido (1-2-3)	282.693	272.663	3,68
Provisões Matemáticas	251.656	244.506	2,92
Superávit/Déficit Técnico	15.186	13.559	12,00
Fundos Previdenciais	15.851	14.598	8,58
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	15.186	13.559	12,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.372	1.117	22,83
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado =(a+b)	16.558	14.676	12,82

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

1.4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Multifuturo II

Em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

		R\$ Mil		
DESCRIÇÃO		2018	2017	VARIAÇÃO (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	272.663	257.608	5,84
	1. Adições	28.189	30.382	(7,22)
(+)	Contribuições	5.059	5.974	(15,32)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.068	23.480	(1,75)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	62	928	(93,32)
	2. Destinações	(18.159)	(15.327)	18,48
(-)	Benefícios	(17.767)	(14.932)	18,99
(-)	Custeio Administrativo	(392)	(395)	(0,76)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.030	15.055	(33,38)
(+/-)	Provisão Matemáticas	7.150	9.125	(21,64)
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.253	1.244	0,72
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.627	4.686	(65,28)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	282.693	272.663	3,68
	C) Fundos não previdenciais	10.498	9.812	6,99
(+/-)	Fundos Administrativos	10.305	9.647	6,82
(+/-)	Fundos dos Investimentos	193	165	16,97

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF N  433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF N  003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC n  011832/O-3
CPF N  376.079.879-91

1.5. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Multifuturo II

Em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

			R\$ Mil
DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	283.728	273.733	3,65
1. Provisões Matemáticas	251.656	244.506	2,92
1.1. Benefícios Concedidos	167.000	130.941	27,54
Contribuição Definida	157.733	121.990	29,30
Benefício Definido	9.267	8.951	3,53
1.2. Benefício a Conceder	84.656	113.565	(25,46)
Contribuição Definida	73.835	103.159	(28,43)
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	31.433	49.776	(36,85)
Saldo de contas - parcela participantes	42.402	53.383	(20,57)
Benefício Definido	10.821	10.406	3,99
2. Equilíbrio Técnico	15.186	13.559	12,00
2.1. Resultados Realizados	15.186	13.559	12,00
Superávit técnico acumulado	15.186	13.559	12,00
Reserva de contingência	5.022	4.839	3,78
Reserva para revisão de plano	10.164	8.720	16,56
3. Fundos	16.044	14.763	8,68
3.1. Fundos Previdenciais	15.851	14.598	8,58
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	193	165	16,97
4. Exigível Operacional	340	343	(0,87)
4.1. Gestão Previdencial	327	328	(0,30)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	13	15	(13,33)
5. Exigível Contingencial	502	562	(10,68)
5.1. Gestão Previdencial	502	562	(10,68)

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

Em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

	R\$ Mil		
DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	95.549	89.693	6,53
1. Custeio da Gestão Administrativa	16.827	17.190	(2,11)
1.1. Receitas	16.827	17.190	(2,11)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.780	2.780	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.227	4.914	6,37
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	460	428	7,48
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	8.360	9.068	(7,81)
2. Despesas Administrativas	(11.792)	(11.256)	4,76
2.1. Administração Previdencial	(6.565)	(6.342)	3,52
Pessoal e encargos	(3.873)	(3.929)	(1,43)
Treinamentos/congressos e seminários	(23)	(29)	(20,69)
Viagens e estadias	(49)	(33)	48,48
Serviços de terceiros	(1.130)	(1.114)	1,44
Despesas gerais	(883)	(632)	39,72
Depreciações e amortizações	(55)	(52)	5,77
Tributos	(552)	(553)	(0,18)
2.2. Administração dos Investimentos	(5.227)	(4.914)	6,37
Pessoal e Encargos	(3.220)	(3.193)	0,85
Treinamentos/congressos e seminários	(21)	(25)	(16,00)
Viagens e estadias	(34)	(29)	17,24
Serviços de terceiros	(733)	(684)	7,16
Despesas gerais	(718)	(483)	48,65
Depreciações e amortizações	(45)	(43)	4,65
Tributos	(456)	(457)	(0,22)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	93	(78)	219,23
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	5.128	5.856	(12,43)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	5.128	5.856	(12,43)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	100.677	95.549	5,37

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

1.7. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação em 31 de outubro de 1977, tendo por finalidade institucional a administração de planos de benefícios previdenciários, por meio de contribuição mensal das Patrocinadoras e de seus Participantes e Assistidos na forma dos Regulamentos dos Planos de Benefícios que administra.

O Estatuto, o Plano de Benefícios original e o funcionamento desta Entidade foram aprovados pela Portaria nº 1.834, de 27 de setembro de 1979 do Ministro de Previdência e Assistência Social – MPAS. Em 03 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atualmente, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou as alterações do Estatuto, conforme Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 1.526, publicada no Diário Oficial da União em 05 de setembro de 2007, e a vigente através da Portaria nº 684, de 13 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 17 de julho de 2018. Esta Entidade é regulada pelas disposições contidas nas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e patrocinada pelas seguintes empresas:

- Banco do Brasil S.A. (Incorporador do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC);
- Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC;
- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC;
- BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens – BESCOR;
- Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas BESC e CODESC, BADESC e da FUSESC – SIM (nova denominação SIM Caixa de Assistência à Saúde);
- Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC.

PLANOS DE BENEFÍCIOS:

A Entidade administra os seguintes Planos de Benefícios:

Plano de Benefícios	CNPB Nº	Modalidade de Benefícios	Patrocínio
BENEFÍCIOS I	1979002665	CV	BANCO DO BRASIL, BADESC, CODESC, BESCOR E FUSESC
MULTIFUTURO I	2002000638	CV	BANCO DO BRASIL
MULTIFUTURO II	2002004692	CV	BADESC, CODESC, BESCOR, SIM E FUSESC

• PLANO DE BENEFÍCIOS I

O Plano de Benefícios I, anteriormente denominado Plano de Benefícios Fuscsc, existente desde o início da Entidade, é estruturado na modalidade de benefício de contribuição variável. Existem neste plano os benefícios suplementares de auxílio-doença, auxílio-reclusão, aposentadorias e pensão por morte, além de pecúlio por morte, na forma prevista na norma regulamentar.

Após alteração regulamentar, no decorrer do exercício de 2007, o plano deixou de ser estruturado na modalidade de benefício definido, passando a ser de contribuição variável em decorrência de previsão regulamentar de recebimento da renda mensal em percentual do saldo de conta.

Em 31 de dezembro de 2018, existiam ainda 03 Participantes, com idade média de 58,00 anos, e 1.385 Assistidos, dos quais 939 em gozo de benefício de aposentadoria, com uma idade média de 72 anos, 433 usufruindo de benefício de pensão por morte, com idade média de 67 anos, e 13 aguardando pensão a conceder.

Não é permitido o ingresso de novos Participantes no Plano de Benefícios I por ser caracterizado como plano em extinção desde 1º de janeiro de 2003.

- **PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO I**

O Plano de Benefícios Multifuturo I, estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, pelo Ofício nº 646/SPC/GAB/COA, de 18 de abril de 2002. O referido plano é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC) e foi instituído em junho de 2002.

Em 31 de dezembro de 2018, existiam 2.223 Participantes, com idade média de 42,65 anos, dos quais 2.029 Ativos, 31 aguardando o BPD, 153 em Autopatrocínio, 2 em Auxílio-Doença, 2 aguardando Resgate e 6 falecidos com beneficiários aguardando pensão. Existiam também 3.441 Assistidos, sendo 3.287 em gozo de benefício de aposentadoria, com uma idade média de 61,71 anos, 140 usufruindo pensão por morte, com idade média de 48,62 anos, e 14 aguardando pensão a conceder.

- **PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO II**

O Plano de Benefícios Multifuturo II, também estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pelo Ofício nº 2.183/SPC/COA, de 20 de dezembro de 2002 e foi instituído em janeiro de 2003. O plano está sendo patrocinado pelas empresas BADESC, BESCOR, CODESC, SIM e pela própria FUSESC.

Em 31 de dezembro de 2018, existiam 187 Participantes, com idade média de 47,64 anos, dos quais 164 Ativos, 4 aguardando o BPD e 19 em Autopatrocínio. Existiam também 258 Assistidos, sendo 247 em gozo de benefício de aposentados, com idade média de 62,63 anos, e 11 usufruindo pensão por morte, com idade média de 61,91 anos.

Além dos Planos de Benefícios esta Entidade administra o Plano de Gestão Administrativa – PGA que tem como finalidade o registro das atividades da gestão administrativa, em conformidade com o seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo por intermédio da Ata nº 204, de 25 de novembro de 2009.

A escrituração contábil desta Entidade é efetuada de forma a segregar os direitos e obrigações de cada Plano de Benefícios, conforme previsto na legislação vigente.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2018 e 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 (revogada pela Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, sendo mantido vigentes até 31 de dezembro de 2018 os anexos A - “Planificação Contábil Padrão” e B - “Modelos e Instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis”, e que também revogou as Resoluções CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, CGPC nº 21, de 25 de setembro de 2006), Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 (alterada pelas Instruções MPS/PREVIC nº 01, de 22 de março de 2011, nº 05, de 8 de setembro de 2011, nº 10 de 22 de março de 2011, nº 06, de 13 de novembro de 2013, nº 15, de 12 de novembro de 2014, nº 21, de 23 de março de 2015, nº 25, de 17 de dezembro de 2015, e Instruções MF/PREVIC nº 9, de 22 de junho de 2017, e nº 11, de 03 de novembro de 2018), Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015 (revogada pela Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2019), Resolução CNPC nº 30, de 30 de outubro de 2018, com vigência obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2019, Instrução PREVIC nº 10, de 27 de setembro de 2017, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE nº 11 (alterada a nomenclatura para ITG 2001, conforme Resolução CFC nº 1.329, de 18 de março de 2011), e as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

Atendendo as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPs Consolidada, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

Conforme previsto pelos órgãos normativos, além das características já descritas, os registros contábeis são segregados em duas gestões distintas: a Previdencial e a Administrativa, e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade de suas transações.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais práticas e critérios contábeis adotados para elaboração das presentes demonstrações contábeis foram as descritas a seguir:

a) Registros das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas /Variações Positivas e Deduções/Variações negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto as adições de contribuições dos Participantes autopatrocinados vinculados ao plano de contribuição variável, que são escrituradas pelo regime de caixa.

As Rendas e as Variações Positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficar ex-dividendos.

b) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos Participantes e Assistidos.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos Escritórios de Advocacia e pelo Assessor Jurídico da Entidade que patrocinam a defesa nas demandas judiciais.

d) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de setembro de 2009, e demais alterações.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

e) Ativo Realizável

Gestão Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas Patrocinadoras e pelos Participantes e Assistidos.

Gestão Administrativa

Registra os valores a receber vinculados às operações administrativas.

Investimentos

- Renda Fixa

Os títulos de Renda Fixa estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data do balanço, líquidos da respectiva provisão, quando aplicável, para redução ao seu valor de realização.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculada à modalidade de aplicação.

Títulos e Valores Mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Resolução CGPC nº 04/2002 de janeiro de 2002 (revogada pela Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018), são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificados nas seguintes categorias:

Títulos para Negociação: refere-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são classificados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da EFPC (deve ser caracterizada pela capacidade de atendimento das necessidades de liquidez, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seus planos de benefícios, e evidenciada pelo demonstrativo atuarial – DA) de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição e que sejam considerados, pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias acima passaram a ser avaliados, respectivamente, pelo valor de mercado e pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

- **Renda Variável**

As aplicações no Mercado de Ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores por período superior a seis meses, foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou custo, prevalecendo o menor. A legislação faculta, ainda, que as ações poderão ser avaliadas pelo valor econômico determinado por empresa independente especializada, para a avaliação dos valores mobiliários de renda variável de companhias sem mercado ativo em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, com condicionantes e evidenciando o(s) critério(s) em Notas Explicativas. Para as ações consideradas de difícil realização foi constituída provisão para perdas.

Os valores aplicados em Fundos de Investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido da valorização da quota até o final do exercício.

- **Investimentos Imobiliários**

Registra os valores aplicados no mercado imobiliário (de uso próprio e aqueles destinados à locação ou participação), bem como os aluguéis ou direitos a receber, inclusive aqueles decorrentes de alienações. Os investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição ajustados por reavaliações efetuadas de acordo com os laudos de avaliação de peritos especializados.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente dos imóveis, apurada no último laudo de reavaliação. A partir de janeiro de 2015, conforme Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014, complementada pela Instrução PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015, os imóveis não foram mais depreciados mensalmente em função da adoção do critério de reavaliações anuais. A Instrução contempla também as reavaliações a cada três anos, neste caso não dispensa as depreciações mensais.

Os imóveis alienados de forma parcelada estão sendo corrigidos e amortizados conforme as cláusulas estabelecidas nos respectivos contratos, e os imóveis alienados/permutados estão sendo registrados de acordo com as cláusulas pactuadas contratualmente.

- **Empréstimos e Financiamentos**

Os Empréstimos e Financiamentos representam os empréstimos concedidos a Participantes e Assistidos, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos das devidas provisões para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos.

f) Ativo Permanente

- **Imobilizado**

Representa os bens móveis necessários ao funcionamento da Entidade e estão registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, considerando a aplicação das seguintes taxas:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Computadores e periféricos	20% a.a.
Veículos	20% a.a.
Instalações	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	20% a.a.
Softwares	20% a.a.
Ventiladores – Refrigeradores de AR	25% a.a.

- **Intangível**

Representa os gastos com desenvolvimento de sistemas da Entidade e estão registrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear, considerando a aplicação da taxa de 20% ao ano.

g) Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

São provisionadas no Plano de Gestão Administrativa, segundo o regime de competência, as férias vencidas e proporcionais, o adicional de um terço de férias e o 13º salário acrescidos dos seus respectivos encargos sociais.

h) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais promovidas em face da Entidade. É constituída e atualizada por intermédio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, e normatizada pelos Órgãos Estatutários da Entidade, aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Ata nº 252, de 27/09/2012, além de adotar os seguintes critérios: efetivar o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e existindo depósito judicial, conforme previsto na Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011, estão sendo registrados em contas do ativo dentro dos seus respectivos grupos: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

i) Receitas Administrativas

De acordo a legislação vigente, Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, e Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, as receitas administrativas são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente, que, conforme previsto atuarialmente, para os exercícios de 2018 e 2017 está assim representado:

- Plano de Benefício I: percentual de 5% sobre as receitas de contribuições mensais para os Assistidos na modalidade de benefício definido e de 1% para os Assistidos que optaram para a modalidade de renda variável, sobre o valor do benefício.
- Plano de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II: percentual de 0,33%, por parte da Patrocinadora e dos Participantes, sobre o salário de contribuição, enquanto que para os Assistidos o custeio administrativo é de 1% sobre o valor do benefício.

j) Operações Administrativas

Atendendo a legislação vigente, Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelas receitas Previdenciais, de Investimentos e Diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- Receitas: Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas Específicas: Alocadas diretamente ao plano que as originou;

- Despesas Comuns: Utilização de critério de rateio de equivalência patrimonial pelo Fundo Administrativo de cada plano levando-se em consideração o saldo contábil do ano anterior.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

k) Ajustes e eliminações à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes

De acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/ SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, foram realizados os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”. Os ajustes foram realizados no balancete consolidador conforme detalhamento na NOTA 10 – Ajustes e Eliminações de Consolidações.

l) Detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas

De acordo com o item 30 do Anexo A da Instrução MPS/ SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, item k), os saldos das contas que representam acima de 10% dos seus respectivos grupos, apesar de não estarem demonstrados nas demonstrações contábeis cabe um detalhamento por Plano de Benefícios, como segue: Plano de Benefícios I – conta 2119 Outras Exigibilidades da Gestão Previdencial corresponde ao saldo da conta no valor de R\$ 133 mil (24,02%), (R\$ 129 mil em 2017 (23,44%)) refere-se a credores diversos no valor de R\$ 12 mil (R\$ 9 mil em 2017), custeio administrativo no valor de R\$ 113 mil (R\$ 121 mil em 2017) e outros no valor de R\$ 8 mil (ajustes de alocação entre planos compensado no início do mês seguinte); Plano Multifuturo I – conta 2119 Outras Exigibilidades da Gestão Previdencial corresponde ao saldo da conta no valor de R\$ 352 mil (20,80%), (R\$ 516 mil em 2017 (30,09%)), refere-se a credores diversos no valor de R\$ 101 mil (R\$ 38 mil em 2017), e custeio administrativo no valor de R\$ 251 mil (R\$ 356 mil em 2017), e outros (ajustes de alocação entre planos compensado no início do mês seguinte) no valor de 122 mil em 2017); Plano Multifuturo II – conta 2119 Outras Exigibilidades da Gestão Previdencial corresponde ao saldo da conta no valor de R\$ 66 mil (19,32%), (R\$ 82 mil em 2017 (25,03%)), refere-se ao custeio administrativo no valor de R\$ 62 mil (R\$ 70 mil em 2017) e outros no valor de R\$ 4 mil (ajustes de alocação entre planos compensado no início do mês seguinte), (R\$ 12 mil em 2017), e Plano de Gestão Administrativa – PGA – conta 122199 Outros Recursos a Receber da Gestão Administrativa no valor de R\$ 405 mil (95,09%), (R\$ 426 mil em 2017 (77,94%)) refere-se ao custeio administrativo.

NOTA 04 – ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Composição Consolidada da Carteira de Investimentos da Entidade estava assim representada:

DESCRIÇÃO	2018	2017
TÍTULOS PÚBLICOS	1.238.781	1.321.090
Títulos Públicos Federal	1.238.781	1.321.090
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	10.821	10.821
Companhias Abertas	10.821	10.821
FUNDO DE INVESTIMENTO	855.771	708.311
Renda Fixa	4.092	5.047
Ações	75.950	66.585
Multimercado	735.315	589.761
Direitos Creditórios	4.608	4.622
Participações	19.506	24.996
Imobiliário	16.300	17.300
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	158.200	160.565
Edificações	123.047	127.769
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	35.153	32.796
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	68.009	69.373
Empréstimos	68.009	69.373
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2.331.582	2.270.160

A Entidade administra seus Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA de forma individualizada (segregação real), sendo que para os Investimentos Imobiliários utiliza critério de distribuição percentual, por Plano de Benefícios, na proporção dos seus patrimônios, data base 31 de dezembro de 2008.

O saldo das debêntures de emissão da Hauscenter, deduzido das provisões para perdas, em 2018 é de R\$ 10.821 mil (R\$ 10.821 mil em 2017).

Atendendo a legislação vigente foram constituídas as seguintes provisões para fazer frente a valores de difícil realização:

a) Créditos Privados e Depósitos – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 13.723 mil (R\$ 11.998 mil em 2017), conforme relacionado a seguir:

- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Buettner é de R\$ 4.299 mil (R\$ 3.738 mil em 2017). As debêntures foram provisionadas em 100%, tendo em vista que esta apresentou plano de recuperação judicial e posteriormente teve sua falência decretada. A Entidade vem acompanhando o desdobramento da falência e tomando todas as medidas judiciais para recuperação dos valores envolvidos;
- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Hauscenter é de R\$ 5.581 mil (R\$ 4.417 mil em 2017). As debêntures estão atreladas à participação de imóveis no World Trade Center de São Paulo e sua última avaliação foi feita no exercício de 2017 onde foi atualizado o provisionamento, passando de 16,80% para 29,01% levando-se em consideração o laudo de avaliação do imóvel e o Patrimônio Social da Hauscenter. As debêntures estão sendo corrigidas e o provisionamento está sendo atualizado pelo mesmo valor da correção das debêntures;
- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Teka é de R\$ 3.843 mil (R\$ 3.843 mil em 2017). Foi

provisionado o saldo de 100% do valor a receber das debêntures de emissão da Teka – Tecelagem Kuhnrich S.A., tendo em vista que esta apresentou plano de recuperação judicial. A Entidade vem acompanhando o desdobramento do plano de recuperação judicial e tomando todas as medidas judiciais para recuperação dos valores envolvidos, devidamente atualizados nos termos da escritura das debêntures.

- b) Ações – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 450 mil (R\$ 450 mil em 2017), conforme relacionado a seguir:
- O saldo da provisão das ações de emissão da Cia Lorenz é de R\$ 450 mil (idem em 2017). As ações foram provisionadas em 100% do valor de mercado, em razão da empresa estar em processo falimentar.
- c) Investimentos Imobiliários – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.403 mil (R\$ 2.344 mil em 2017). As provisões foram constituídas para os valores registrados como aluguéis vencidos, impostos e taxas a receber e alienações a receber. Tais valores estão sendo objetos de negociação e/ou cobrança judicial.
- d) Operações com Participantes – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 757 mil (R\$ 959 mil em 2017). As provisões foram constituídas para os mutuários com empréstimos vencidos que se desligaram das patrocinadoras e não solicitaram benefício na Entidade e Participantes e Assistidos com prestações em atrasos. Os valores estão sendo objetos de negociação com os Participantes e/ou cobrança judicial.

4.1 – RENDA FIXA - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS E FUNDOS DE INVESTIMENTO

A composição dos Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos, por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa, estavam assim representados:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2018	2017	2018	2017
TÍTULOS PÚBLICOS	460.243	452.523	610.547	677.950
Títulos Públicos Federal	460.243	452.523	610.547	677.950
Notas do Tesouro Nacional	455.091	438.962	602.071	584.861
Letras do Tesouro Nacional	5.152	13.561	8.476	93.089
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	3.608	3.608	5.772	5.772
Companhias Abertas	3.608	3.608	5.772	5.772
Debêntures não Conversíveis	3.608	3.608	5.772	5.772
FUNDOS DE INVESTIMENTO	146.599	150.532	517.306	404.523
Renda Fixa	1.315	1.622	2.163	2.668
Ações	26.081	22.864	38.780	33.998
Multimercado	105.467	110.044	454.846	342.916
Direitos Creditórios	1.290	1.294	2.285	2.293
Participações	6.787	8.702	10.163	13.021
Imobiliário	5.659	6.006	9.069	9.627
TOTAL	610.450	606.663	1.133.625	1.088.245

DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		PGA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
TÍTULOS PÚBLICOS	127.924	145.962	40.068	44.655	1.238.781	1.321.090
Títulos Públicos Federal	127.924	145.962	40.068	44.655	1.238.781	1.321.090
Notas do Tesouro Nacional	126.183	122.907	39.444	39.009	1.222.789	1.185.739
Letras do Tesouro Nacional	1.741	23.055	624	5.646	15.992	135.351
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	991	991	450	450	10.821	10.821
Companhias Abertas	991	991	450	450	10.821	10.821
Debêntures não Conversíveis	991	991	450	450	10.821	10.821
FUNDOS DE INVESTIMENTO	131.793	102.950	60.072	50.306	855.771	708.311
Renda Fixa	409	505	204	252	4.092	5.047
Ações	7.942	6.963	3.148	2.760	75.950	66.585
Multimercado	119.063	90.507	55.940	46.294	735.315	589.761
Direitos Creditórios	1.032	1.035	-	-	4.608	4.622
Participações	1.775	2.273	780	1.000	19.506	24.996
Imobiliário	1.572	1.667	-	-	16.300	17.300
TOTAL	260.708	249.903	100.590	95.411	2.105.373	2.040.222

As variações são decorrentes de alocações de recursos entre os segmentos de investimentos, aplicações, resgates e valorização dos investimentos.

4.2 – TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO E TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Atendendo a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, com as alterações promovidas pela Resolução CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002 (revogada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006), Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005 (revogadas pela Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018), os títulos e valores mobiliários mantidos pela Entidade, passíveis de classificação nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e para negociação na carteira própria e de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais são demonstrados a seguir:

a) Composição das Carteiras e Prazos de Vencimento:

Títulos	2018			2017
	Até 360 Dias	Acima de 360	Total	Total
CARTEIRA PRÓPRIA	-	1.249.602	1.249.602	1.331.911
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	-	1.238.781	1.238.781	1.321.090
Notas do Tesouro Nacional	-	1.222.789	1.222.789	1.185.739
Letras do Tesouro Nacional	-	15.992	15.992	135.351
Créditos Privados e Depósitos	-	10.821	10.821	10.821
Debêntures	-	10.821	10.821	10.821
FUNDOS EXCLUSIVOS	-	444.298	444.298	450.841
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	-	228.944	228.944	174.974
Letras Financeiras do Tesouro	-	199.463	199.463	94.963
Letras do Tesouro Nacional	-	29.481	29.481	80.011
Créditos Privados e Depósitos	-	215.354	215.354	275.867
Certificado Depósito Bancário - CDB	-	-	-	11.563
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	-	-	19.639
Letras Financeiras	-	117.951	117.951	187.466
Debêntures	-	97.403	97.403	57.199
TOTAL	-	1.693.900	1.693.900	1.782.752

b) Composição por Tipo de Papel:

Títulos	2018	
	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	413.958	413.958
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	199.463	199.463
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	29.481	29.481
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	76.790	76.790
Debêntures (Carteira Própria)	10.821	10.821
Debêntures (Fundos Exclusivos)	97.403	97.403
Títulos Mantidos Até o Vencimento	1.279.942	1.457.972
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	1.222.789	1.399.281
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	15.992	15.996
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	41.161	42.695
TOTAL	1.693.900	1.871.930

c) Composição por Tipo de Papel por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA:

Títulos	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	44.915	44.915	255.020	255.020
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	20.425	20.425	123.328	123.328
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	3.045	3.045	18.217	18.217
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	7.863	7.863	47.479	47.479
Debêntures (Carteira Própria)	3.608	3.608	5.772	5.772
Debêntures (Fundos Exclusivos)	9.974	9.974	60.224	60.224
Títulos Mantidos Até o Vencimento	131.066	149.296	791.388	901.464
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	125.214	143.286	756.051	865.176
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	1.637	1.638	9.888	9.890
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	4.215	4.372	25.449	26.398
TOTAL	175.981	194.211	1.046.408	1.156.484

Títulos	MULTIFUTURO II		PGA	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	72.540	72.540	41.483	41.483
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	35.405	35.405	20.305	20.305
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	5.225	5.225	2.995	2.995
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	13.630	13.630	7.817	7.817
Debêntures (Carteira Própria)	991	991	450	450
Debêntures (Fundos Exclusivos)	17.289	17.289	9.916	9.916
Títulos Mantidos Até o Vencimento	227.190	258.790	130.298	148.422
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	217.045	248.373	124.480	142.447
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	2.839	2.839	1.628	1.629
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	7.306	7.578	4.190	4.346
TOTAL	299.730	331.330	171.781	189.905

A Entidade encaminhou declaração ao banco responsável pela custódia e controle dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e das carteiras de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais, sobre sua capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

4.3 – AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO

De acordo as Resoluções CNPC nºs. 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014 (DOU de 24 de novembro de 2014), Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015 (DOU de 05 de fevereiro de 2015) (revogada pela Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018), e demais legislações pertinentes, demonstramos a seguir os Ajustes de Precificação entre os Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Estes ajustes estão consignados nas Demonstrações do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, posição de 31 de dezembro de 2018 e 2017. Estas regras passaram a serem obrigatórias a partir do encerramento do exercício de 2015.

PLANO BENEFÍCIOS I

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2018	Valor Ajustado a taxa 4,75% ao ano	Valor Ajuste
NTN-B	6,672944	15/05/2019	1.890	5.998	6.038	40
NTN-B	6,230100	15/08/2020	423	1.360	1.390	30
NTN-B	5,548373	15/08/2022	7.550	24.703	25.319	616
NTN-B	6,288606	15/08/2022	2.150	6.877	7.210	333
NTN-B	6,339500	15/08/2022	6.886	21.992	23.092	1.100
NTN-B	6,480014	15/05/2023	4.766	14.904	15.881	977
NTN-B	6,742549	15/05/2023	866	2.682	2.886	204
NTN-B	6,757231	15/05/2023	3.915	12.120	13.045	925
NTN-B	5,563661	15/08/2030	15.400	51.502	54.999	3.497
NTN-B	6,469300	15/08/2030	365	1.137	1.303	166
NTN-B	6,230008	15/05/2055	380	1.172	1.465	293
NTN-C	6,036400	01/04/2021	9.063	35.406	36.329	923
TOTAL			53.654	179.853	188.957	9.104

PLANO MULTIFUTURO I

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2018	Valor Ajustado a taxa 4,75% ao ano	Valor Ajuste
NTN-C	6,036400	01/04/2021	14.150	55.279	56.720	1.441
NTN-C	6,184300	01/01/2031	10.367	61.071	67.624	6.553
TOTAL			24.517	116.350	124.344	7.994

PLANO MULTIFUTURO II

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2018	Valor Ajustado a taxa 4,75% ao ano	Valor Ajuste
NTN-C	6,184300	01/01/2031	2.171	12.789	14.161	1.372
TOTAL			2.171	12.789	14.161	1.372

A PREVIC disponibilizou para o exercício de 2018, conforme Portaria nº 86, de 1 de fevereiro de 2019, o Sistema denominado Venturo com o objetivo de captação de dados para cálculo do ajuste de precificação.

4.4 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A composição da Carteira de Imóveis estava assim representada:

	2018			2017
	Custo Reavaliado	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações				
Uso Próprio	7.299	-	7.299	7.742
Locadas a Patrocinadoras	362	-	362	463
Locadas a Terceiros	114.888	-	114.888	119.194
Valores a Receber (Aluguéis, Taxas, (-) Provisões e demais)	498	-	498	370
Direitos em Alienação de Investimentos Imobiliários	35.153	-	35.153	32.796
	158.200	-	158.200	160.565

No exercício de 2018, de acordo com o laudo de avaliação de peritos independentes emitidos pela empresa “Avalisc – Engenharia de Avaliações Ltda.” foi realizada a reavaliação de todos os imóveis e o destinado à alienação com direito de permuta, respeitando o item nº 19, anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, onde se obteve o resultado negativo no montante R\$ 2.359 mil, na qual foi incorporado aos saldos dos Investimentos Imobiliários, a débito e a crédito de despesas e receitas dos investimentos, respectivamente, e foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2018. Os ativos reavaliados passaram, a partir de sua contabilização, a não serem mais depreciados em função da adoção do critério de avaliações anuais, conforme previsto na Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014.

O resultado da reavaliação está demonstrado como segue:

DESCRIÇÃO	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Resultado
Edificações	157.702	160.061	(2.359)
Uso Próprio	7.299	7.742	(443)
Locadas à Patrocinador	362	463	(101)
Locadas à Terceiros	114.888	119.194	(4.306)
Direitos em Alienações Invest. Imobiliários	35.153	32.662	2.491
TOTAIS	157.702	160.061	(2.359)

A composição da Carteira de Imóveis por Plano de Benefícios estava assim representada:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2018	2017	2018	2017
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	55.177	56.003	88.208	89.524
Edificações	42.916	44.562	68.608	71.240
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	12.261	11.441	19.600	18.284

DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	14.816	15.038	158.200	160.565
Edificações	11.524	11.967	123.047	127.769
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	3.292	3.071	35.153	32.796

4.5 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição da Carteira de Empréstimos por Plano de Benefícios estava assim representada:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2018	2017	2018	2017
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	14.277	15.467	46.056	45.757
Empréstimos	14.277	15.467	46.056	45.757

DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.675	8.149	68.009	69.373
Empréstimos	7.675	8.149	68.009	69.373

NOTA 05 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os valores registrados como exigível operacional são, substancialmente, decorrentes das obrigações relativas à concessão de benefícios e obrigações fiscais (Gestão Previdencial), provisões e as obrigações fiscais e de pessoal e encargos (Gestão Administrativa), operações de créditos privados – debêntures, operações de imóveis – edificações e as obrigações fiscais e empréstimos (Investimentos).

NOTA 06 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL E ATIVO CONTINGENTE

Em função das demandas judiciais, a Entidade atendendo as normas contábeis, constitui provisões referentes a: expurgos inflacionários, em 2018, no valor de R\$ 17.064 mil (R\$ 23.217 mil em 2017), valor este que abranje os Participantes, os Assistidos, Ex-Participantes e Ex-Assistidos, demandantes da ação judicial, distribuídas entre os Planos de Benefícios I no valor de R\$ 72 mil (R\$ 227 mil em 2017), Multifuturo I no valor de R\$ 16.535 mil (R\$ 22.427 mil em 2017) e Multifuturo II no valor de R\$ 457 mil (R\$ 563 mil em 2017); demandas referentes a revisão de saldamento do Plano Benefícios I ao Plano de Benefícios Multifuturo I decorrente de percepção de gratificação de cargo estratégico no valor de R\$ 164 mil (R\$ 909 mil em 2017); trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 7.832 mil (R\$ 7.165 mil em 2017), demandadas nos Planos de Benefícios I no valor de R\$ 7.756 mil (R\$ 6.965 mil em 2017), Multifuturo I no valor de R\$ 76 mil (R\$ 85 mil em 2017), e PGA no valor de R\$ 115 mil em 2017.

Como consequência das ações trabalhistas, cíveis e tributárias promovidas em face da Entidade, foram efetuadas, por exigência legal, uma série de depósitos recursais com o propósito de permitir o questionamento de referidas demandas nas instâncias superiores. Tais valores correspondem em 2018 ao montante de R\$ 18.629 mil (R\$ 15.641 mil em 2017), distribuídas entre os Planos de Benefícios I no valor de R\$ 4.567 mil (R\$ 4.390 mil em 2017), Multifuturo I no valor de R\$ 9.960 mil (R\$ 8.310 mil em 2017), Multifuturo II no valor de R\$ 45 mil, e PGA no valor de R\$ 4.057 mil (R\$ 2.941 mil em 2017).

A Entidade é parte ativa de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. Tal demanda judicial refere-se à atualização de valor por mudanças no cálculo de índice ao invés de IPC, por BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, relacionados as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. O processo encontra-se em fase de execução. Por força de determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC não se reconhece contabilmente, no Ativo Contingente, o ingresso dos referidos recursos.

NOTA 07 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram determinadas nos exercícios de 2018 e 2017 pela consultoria atuarial independente Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que adotou nas Avaliações Atuariais, os seguintes regimes e métodos de financiamento:

- No Plano de Benefícios I (plano de contribuição variável, em extinção):
 - Para avaliação do benefício de auxílio-doença, foi adotado o Regime de Repartição Simples;
 - Para os demais benefícios, o Regime de Capitalização, com o Método Agregado.
- Nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II (planos de contribuição variável):
 - Para avaliação do benefício de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, foi adotado o Regime de Capitalização, com o Método Agregado;
 - Para os demais benefícios, o de Regime de Capitalização Financeira.

As hipóteses econômicas e demográficas utilizadas nas avaliações de 2018 e 2017 estão demonstradas, como segue:

TIPO DE HIPÓTESE, conforme CPA 003 ⁽¹⁾	AVALIAÇÃO 2018	AVALIAÇÃO 2017
	DATA-BASE: Dezembro-2018	DATA-BASE: Dezembro-2017
ECONÔMICAS/FINANCEIRAS		
Retorno dos Investimentos	INPC + 4,75% a.a.	INPC + 5% a.a.
Crescimento Salarial	Plano I: INPC + 1,14% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 2,92% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,57% a.a.	Plano I: INPC + 1,14% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 2,92% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,57% a.a.
Crescimento do Teto do INSS	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Reajuste de Benefícios	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Fator de Capacidade Salarial e de Benefício	98%	98%
BIOMÉTRICAS		
Mortalidade	AT-2000 - desgravada em 15% segregada por sexo	AT-2000 - desgravada em 15% segregada por sexo
Mortalidade de Invalidos	AT 49- M	AT 49- M
Entrada em Invalidez	Light Média desgravada em 20%	Light Média desgravada em 20%
DEMOGRÁFICAS		
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar		
Benefícios a Conceder:	Família Média	Família Média
-Percentual de Casados:	90%	90%
-Diferença de idade entre titular e cônjuge:	04 anos ⁽²⁾	04 anos ⁽²⁾
-Dependente Temporário até os 24 anos:	Um temporário de idade "Z", sendo $Z = 24 - \text{máximo entre } [0; (77 - x)/2]$.	Um temporário de idade "Z", sendo $Z = 24 - \text{máximo entre } [0; (75 - x)/2]$.
Benefícios Concedidos:	Família Real (conforme cadastro dos participantes).	Família Real (conforme cadastro dos participantes).
⁽¹⁾ Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA 003 - Classificação de Hipóteses Atuariais		
⁽²⁾ Na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, $y = x - 4$; para titular feminino, $y = x + 4$.		

Os resultados das avaliações destes três planos foram posicionados separadamente, conforme demonstram os pareceres atuariais datados de 25 de fevereiro de 2019 e 20 de fevereiro de 2018, para os exercícios de 2018 e 2017, respectivamente.

Apresentamos a seguir, o Demonstrativo da Composição Consolidada das Provisões Matemáticas da Entidade, em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	2018	2017
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.519.898	1.482.119
Contribuição Definida	905.180	885.781
Benefício Definido	614.718	596.338
BENEFÍCIOS A CONCEDER	522.456	502.251
Contribuição Definida	438.243	428.733
Benefício Definido	84.213	73.518
TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.042.354	1.984.370

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos**

É a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Entidade, em relação aos destinatários em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos em favor da Entidade, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder**

No Plano de Benefícios I e para os benefícios de risco dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela Entidade, em relação aos Participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos em favor da Entidade, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

Para os benefícios programáveis dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias dos Participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, com as atualizações devidas conforme dispõe o regulamento dos planos.

NOTA 08 – RESULTADO ACUMULADO

O Resultado Acumulado consolidado da Entidade é superavitário, correspondendo em 31 de dezembro de 2018 ao montante de R\$ 136.440 mil (R\$ 136.573 mil em 2017) caracterizando assim, uma suficiência patrimonial em relação aos compromissos totais. Ressalta-se que este superávit ocorreu em função do bom desempenho da rentabilidade efetiva dos ativos da Entidade em anos anteriores, e uma diminuição em relação a 2017 (R\$ 133 mil) foi principalmente em função das alterações das premissas atuariais com a alteração da premissa “Taxa Real de Juros”, passando de 5,00% a.a. para 4,75% a.a., e da premissa “Composição Familiar”, rentabilidade do superávit acumulado e movimentação do exigível contingencial.

Em atendimento a Resolução CGPC n° 26 de 29/09/2008, regulamentada pela Instrução SPC n° 28 de 30/12/2008, complementadas e alteradas pelas Resoluções MPS/CNPC n°s. 16 e 22, de 19/11/2014 e 25/11/2015, respectivamente, o superávit técnico foi classificado em Reserva de Contingência (valor que repre-

senta o limite máximo de até 25% levando em consideração a proporção à duração: $10\% + (\text{duration} \times 1\%)$ sobre as provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder composto sobre a forma de Benefícios Definidos) no valor de R\$ 102.712 mil (R\$ 104.810 mil em 2017), e o que excedeu foi lançado em Reserva para Revisão do Plano no valor de R\$ 33.728 mil (R\$ 31.763 mil em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 o cálculo da *Duration* do Passivo dos Planos de Benefícios estava assim composto: No Plano de Benefícios I de 9,39 anos (112 meses), Plano Multifuturo I de 17,13 anos (205 meses), e Plano Multifuturo II de 17,02 anos (204 meses), adicionando a 10% e respeitando o limite máximo de 25% para registro das Reservas de Contingências das Provisões Matemáticas BD, os limites ficaram em 19,39%, 25% e 25%, respectivamente.

No Plano Multifuturo II foi constituído o Fundo Previdencial para Revisão do Plano, no valor de R\$ 16.707 mil (R\$ 14.465 mil em 2017), além do valor remanescente da Reserva Especial para Revisão de Plano no valor de R\$ 10.164 mil (R\$ 8.720 mil em 2017), que representa a diferença entre as premissas atuariais vigentes e as premissas mínimas indicadas para distribuição de Superávit Técnico e também aos somatórios dos resultados dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, e por se tratar de formação pelo terceiro ano consecutivo, há imposição legal de realizar-se uma ação imediata, devendo ser feito obrigatoriamente a elaboração e aprovação de Plano de Destinação da Reserva Especial durante o exercício de 2019, a luz da legislação vigente.

Foi realizado, no decorrer de 2018, plano para destinação do Superávit Técnico, de acordo com a Resolução CGPC nº 26 e suas alterações posteriores, sendo que o processo, por existir peculiaridade, encontra-se em análise pelo Órgãos Estatutários da Fundação em conjunto com o Atuário do Plano e vem sendo mantido e atualizado pela rentabilidade do plano (variação da cota patrimonial), aguardando a conclusão de estudos para deliberação pelo Conselho Deliberativo.

NOTA 09 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 100.677 mil (R\$ 95.549 mil em 2017).

O Fundo dos Investimentos foi constituído com recursos da cobrança da taxa de quitação dos empréstimos liberados aos Participantes e Assistidos para amortização desses em casos de morte. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.457 mil (R\$ 2.157 mil em 2017). A constituição por Plano de Benefícios está composta pelo Plano Benefícios I no valor de R\$ 1.237 mil (R\$ 1.117 mil em 2017), Multifuturo I no valor de R\$ 1.026 mil (R\$ 875 mil em 2017) e Multifuturo II no valor de R\$ 193 mil (R\$ 165 mil em 2017).

O Fundo Previdencial de reversão de saldo, por exigência regulamentar, foi constituído atuarialmente nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, como resultado dos saldos de contas formadas pelas contribuições realizadas exclusivamente pelas Patrocinadoras, relativos aos ex-Participantes desligados dos respectivos planos e que resgataram suas contribuições pessoais. Este Fundo poderá ser utilizado para reduzir contribuições futuras das Patrocinadoras ou para cobertura de eventuais insuficiências dos planos, observado o disposto na legislação vigente, no plano de custeio anual e na manifestação do atuário. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 6.943 mil (R\$ 5.887 mil em 2017), correspondendo ao Plano Multifuturo I o valor de R\$ 6.799 mil (R\$ 5.754 mil em 2017) e Multifuturo II o valor de R\$ 144 mil (R\$ 133 mil em 2017).

Também foi constituído atuarialmente Fundo Previdencial de Revisão do Plano no Plano Multifuturo II, no valor de R\$ 15.707 mil (R\$ 14.465 mil em 2017), resultante da parcela da Reserva Especial passível de destinação do Superávit Técnico. Para formação deste Fundo Previdencial, que foi constituído no exercício de 2015, foram observadas as premissas atuariais específicas e demais condições consignadas no Parecer Atuarial do Plano, tais como, tábua biométrica mortalidade geral a AT-2000 desagravada em 15% (por sexo), taxas de juros de

4,83% e duração do passivo do Plano (Duration) de 17,83 anos. Este Fundo está dividido em Participantes e Assistidos no valor de R\$ 9.520 mil e Patrocinadoras no valor de R\$ 6.187 mil, e vem sendo mantido e atualizado pela rentabilidade do plano (variação da cota patrimonial), aguardando a conclusão de estudos para deliberação pelo Conselho Deliberativo.

NOTA 10 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÕES

DESCRIÇÃO	Plano I	Multifuturo I	Multifuturo II	PGA	Ajustes e Eliminações Nota 03, item k	Consolidado
ATIVO	711.817	1.340.990	294.033	105.707	(101.115)	2.351.433
<u>Disponível</u>	1	9	1	30	-	42
<u>Realizável</u>	711.816	1.340.981	294.032	105.328	(101.115)	2.351.042
Previdencial	4.661	9.971	529	-	-	15.161
Administrativo	27.251	63.121	10.304	4.737	(101.115)	4.299
Participações Fundo Administrativo	27.251	63.121	10.304	-	(100.677)	-
Contas a Receber	-	-	-	426	(426)	-
Despesas Antecipadas	-	-	-	193	-	193
Depositos Judiciais/Recurais	-	-	-	4.057	-	4.057
Outros Realizáveis	-	-	-	60	(12)	48
Investimentos	679.904	1.267.889	283.199	100.591	-	2.331.582
Permanente	-	-	-	349	-	349

DESCRIÇÃO	Plano I	Multifuturo I	Multifuturo II	PGA	Ajustes e Eliminações Nota 03, item k	Consolidado
PASSIVO	711.817	1.340.990	294.033	105.707	(101.115)	2.351.433
Operacional	554	1.737	340	973	(438)	3.166
Previdencial	534	1.691	327	0	(438)	2.114
Administrativo	0	0	0	968	-	968
Investimentos	20	46	13	5	-	84
Contingencial	12.396	26.734	502	4.057	-	43.689
Previdencial	12.396	26.734	502	0	-	39.632
Administrativo	0	0	0	4.057	-	4.057
Investimentos	0	0	0	0	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	698.867	1.312.519	293.191	100.677	(100.677)	2.304.578
Patrimônio de Cobertura do Plano	670.379	1.241.572	266.842	0	-	2.178.794
Provisões Matemáticas	614.277	1.176.421	251.656	0	-	2.042.354
Equilíbrio Técnico	56.102	65.151	15.186	0	-	136.440
Fundos	28.488	70.947	26.349	100.677	(100.677)	125.784
Fundos Previdenciais	0	6.799	15.851	0	-	22.650
Fundos Administrativos	27.251	63.122	10.305	100.677	(100.677)	100.677
Fundos dos Investimentos	1.237	1.026	193	0	-	2.457

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC 011.832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

2. Pareceres

2.1. Parecer Atuarial da Avaliação em 31/12/2018

Este documento visa apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018 do PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO II (CNPB nº 2002.0046-92), patrocinado pela BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A., pela BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens - BESCOR, pela CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, pela SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas BESC (BB) e CODESC, do BADESC e da FUSESC e pela própria FUSESC - Fundação CODESC de Seguridade Social, administradora do plano.

O plano previdenciário analisado possui característica de um plano misto, de Contribuição Variável, composto de obrigações na modalidade de Contribuição Definida para os Benefícios Programados durante a fase do diferimento e Benefício Definido para os benefícios de riscos, bem como para os benefícios na fase de recebimento.

A data-base e os resultados desta Avaliação Atuarial estão posicionados em 31/12/2018.


Giancarlo Giacomini Germany
Atuário - MIBA 1.020
Diretor Executivo


Daniela Weber Rabello
Atuária - MIBA 1.747
Consultora Sênior

Alteração de Premissas

Para a avaliação atuarial de 2018, houve a alteração da premissa “Taxa Real de Juros”, passando 5,00% a.a. para 4,75% a.a, e da premissa “Composição Familiar”, relativa à família média dos benefícios a conceder, visando alinhar a premissa utilizada com as estimativas observadas no cadastro de participantes. A formulação aplicada para obtenção da estimativa de idade média para o dependente temporário foi alterada de $Z = 24 - \text{MAX}((75 - x)/2; 0)$ para $Z = 24 - \text{MAX}((77 - x)/2; 0)$, onde “x” a idade do titular.

Estas alterações resultaram em uma elevação das provisões matemáticas do Plano Mutifuturo II em R\$ 1.014.612,32, equivalente a 0,40% do passivo atuarial apurado em 31/12/2018, considerado ao Custeio de Risco do plano, conforme apresentado na página 35 deste Relatório.

Hipóteses adotadas¹:

Premissa	2017	2018
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,00%	4,75%
Fator de Capacidade dos Salários	98,00%	98,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%	98,00%
Taxa de Crescimento Real Salarial	3,57%	3,57%
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Premissa	2017	2018
Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 desagravada em 15% por sexo	AT-2000 desagravada em 15% por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média desagravada em 20%	Light Média desagravada em 20%
Demográficas		
Rotatividade (<i>Turnover</i>)	Nula	Nula
Composição Familiar		
<i>Benefícios a Conceder:</i>	Família Média	Família Média
- Percentual de Casados:	90%	90%
- Diferença de idade entre titular e cônjuge:	04 anos ²	04 anos ²
- Dependente Temporário até os 24 anos:	Um temporário de idade “Z”, sendo $Z = 24 - \text{máximo entre } [0; (75 - x)/2]$.	Um temporário de idade “Z”, sendo $Z = 24 - \text{máximo entre } [0; (77 - x)/2]$.
<i>Benefícios Concedidos:</i>	Família Real (conforme cadastro dos participantes).	Família Real (conforme cadastro dos participantes).

¹ Comitê de Pronunciamentos Atuariais – CPA 003 – Classificação de Hipóteses Atuariais

² Na diferença de idade entre titular “x” e cônjuge “y”, considera-se que para titular masculino, $y = x - 4$; para titular feminino, $y = x + 4$.

Regimes financeiros e métodos de financiamento:

Regime Financeiro e Método de Financiamento	REGIME	MÉTODO
Aposentadoria Normal e reversão em pensão	Capitalização	Financeira
Aposentadoria Antecipada e reversão em pensão	Capitalização	Financeira
Aposentadoria por Invalidez e reversão em pensão	Capitalização	Agregado
Pensão por Morte de Ativo	Capitalização	Agregado
Pensão por Morte de Assistido	Capitalização	Financeira
Benefício Proporcional	Capitalização	Financeira
Abono Anual	Conforme benefício mensal	

Dados estatísticos:

Participantes	dez/17	dez/18	Variação
Ativo	200	164	(36)
Autopatrocinado	19	19	0
Aguardando BPD	4	4	0
Auxílio-Doença	0	0	0
Óbito aguardando pensão	0	0	0
Aguardando Opção de Instituto	2	0	(2)
Aguardando Aposentadoria	0	0	0
Frequência A CONCEDER	225	187	(38)
Idade média (em anos)	48,66	47,64	(1,02)
Tempo médio de empresa (em anos)	18,59	16,92	(1,66)
Tempo médio de plano (em anos)	19,36	17,49	(1,87)
Tempo médio de serviço futuro (em anos)	10,26	11,69	1,43
Folha de salários mensal (em R\$)	2.839.903,61	2.278.243,71	-19,78%
Salário médio (em R\$)	12.967,60	12.449,42	-4,00%
Frequencia Cancelados/Suspensos	3	3	0

Aposentados	dez/17	dez/18	Variação
Aposentadoria Normal	69	93	24
Aposentadoria por Invalidez	11	10	(1)
Aposentadoria Antecipada	125	142	17
BPD concedido	2	2	0
Frequência TOTAL DE APOSENTADOS	207	247	40
Idade média (em anos)	62,68	62,63	(0,05)
Folha de benefícios mensal (em R\$)	1.008.920,31	1.253.781,83	24,27%
Benefício médio mensal (em R\$)	4.874,01	5.076,04	4,15%

Pensionistas	dez/17	dez/18	Variação
Pensionistas por Morte de Ativo	3	3	0
Pensionistas por Morte de Assistido	7	8	1
Frequência de PENSIONISTAS	10	11	1
Frequência de GRUPOS DE PENSÕES	10	11	1
Idade média (em anos)	60,90	61,91	1,01
Folha de benefícios mensal (em R\$)	32.096,93	31.289,27	-2,52%
Benefício médio mensal por Pensionista (em R\$)	3.209,69	2.844,48	-11,38%
Óbito Aguardando Pensão	0	0	0

Passivo Atuarial:

		(em R\$)
Referencial teórico A PMBC (Provisão Matemática de Benefícios Concedidos) representa o valor presente das obrigações líquidas do plano de benefícios com os atuais assistidos, ou seja, com os participantes ou seus dependentes que, na data da avaliação atuarial, já percebem benefícios previdenciários do plano, tais como aposentadorias e pensões.	PMBC	166.999.946,61
	Saldo de Conta dos Assistidos	157.732.956,14
	VABF Programados	5.840.419,14
	VABF Não-Programados	3.426.571,33
	VACF Participantes	0,00
	VACF Patrocinadores	0,00
	PMBaC	84.656.005,12
	Saldo de contas - parcela Patrocinadora	31.432.671,89
	Saldo de contas - parcela Participantes	42.402.353,24
	VABF Programados	0,00
Referencial teórico A PMBaC (Provisão Matemática de Benefícios a Conceder) representa o valor presente das obrigações líquidas do plano de benefícios com os atuais participantes em atividade, ou seja, com os participantes ou seus dependentes que, na data da avaliação atuarial, ainda não percebem benefícios previdenciários do plano.	VABF Não-Programados	11.571.698,03
	VACF Participantes	(38.582,15)
	VACF Patrocinadoras	(712.135,89)
	(=) Passivo Atuarial	251.655.951,73

Situação patrimonial:

		(em R\$)
Ativo Total		294.033.280,09
(-) Exigível Operacional		340.252,74
Gestão Previdencial		327.302,04
Gestão Administrativa		0,00
Investimentos		12.950,70
(-) Exigível Contingencial		501.883,30
Gestão Previdencial		501.883,30
Gestão Administrativa		0,00
Investimentos		0,00
(=) Patrimônio Social		293.191.144,05
(-) Fundos		26.349.526,32
Previdenciais		15.851.280,61
Administrativos		10.304.689,47
Dos investimentos		193.556,24
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano		266.841.617,73

Solvência:

(em R\$)

Patrimônio de Cobertura	266.841.617,73
Provisões Matemáticas	251.655.951,73
(+) Passivo Atuarial	251.655.951,73
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	15.185.666,00

Solvência

Resultado Contábil (Balancete)

- Situação: Superavitário
- Resultado Técnico Acumulado: R\$ 15.185.666,00
- Duration do Passivo: 17,02 anos (204 meses)
- Limite da Reserva de Contingência (limite de tolerância): = Mínimo [25%; 10% + 1 x Duration] = 19,39% das Prov. Matemáticas BD¹ = R\$ 5.021.992,62
- Reserva de Contingência a ser constituída: = Mínimo [Limite Reserva Contingência; Resultado Técnico Acumulado] = R\$ 5.021.992,62
- Reserva Especial: = Resultado Técnico Acumulado - Reserva Contingência = R\$ 10.163.673,38

Equilíbrio Técnico Ajustado (DAL)

- Ajuste de Precificação: R\$ \$ 1.372.280,70
- Resultado Técnico Ajustado: R\$ 16.557.946,70

Conclusão: Do superávit técnico apurado em 31/12/2018, R\$ 5.021.992,62 deve ser alocado em Reserva de Contingência e o excedente, R\$ 10.163.673,38, em Reserva Especial. Com o decurso de três exercícios com apresentação de constituição de Reserva Especial pelo Plano, considerando o disposto no Art. 12 da Resolução CGPC nº 26/2008, é obrigatória a elaboração e aprovação de Plano de Destinação da Reserva Especial durante o exercício de 2019, a luz da legislação vigente.

¹Provisões Matemáticas de Benefício Definido (R\$ 20.087.970,46 em 31/12/2018).

Comentários sobre a solvência do plano

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2018, um superávit técnico acumulado de R\$ 15.185.666,00, equivalente a 75,60% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido (R\$ 20.087.970,46) e a 6,03% do total das provisões matemáticas (R\$ 251.655.951,73).

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o superávit técnico acumulado contábil deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 25% das provisões matemáticas de benefício definido do plano de benefícios, equivalente a R\$ 5.021.992,62, e o montante que ultrapassar este limite, apurado no encerramento de 2018 em R\$ 10.163.673,38, alocado como Reserva Especial do plano.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela FUSESC em

R\$ 1.372.280,70, o Resultado Técnico Ajustado do plano fica superavitário em R\$ 16.557.946,70, equivalente a 82,43% das provisões matemáticas de benefício definido do plano.

Portanto, por ser o terceiro encerramento de exercício consecutivo em que o Plano Multifuturo II apresenta constituição de Reserva Especial, conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2018, deve ser elaborado e aprovado de Plano de Destinação da Reserva Especial durante o exercício de 2019, a luz da legislação vigente

Análise de rentabilidade

O resultado das aplicações financeiras obtido pelo Plano Multifuturo II, relativas ao patrimônio dos benefícios definidos do plano, aponta uma rentabilidade nominal de 8,59% ao longo do ano de 2018, que, se comparada com a meta atuarial de 8,74% (taxa real de juros esperada de 5,00% acrescida da variação do INPC), demonstra uma rentabilidade no período de 0,15% abaixo do esperado (equivalente a -1,72%).

Plano de Custeio 2019

O Plano de Custeio de Risco para 2018 do Plano Multifuturo II foi reavaliado considerando o efeito da alteração da premissa “Composição Familiar”, que gerou uma perda atuarial para o plano de R\$ 18.769,26.

Considerando que o referido efeito da alteração da premissa dos participantes em atividade é imaterial em relação ao montante das obrigações atuariais de benefício definido a conceder do plano (equivalente 0,17%), indica-se a manutenção do plano de custeio atual dos benefícios de risco para o próximo exercício, sendo necessária reavaliação no encerramento de 2019:

	VIGENTE	PARA 2019
MULTIFUTURO II	0,30%	0,30%

* Percentual da Folha de Salários-de-Participação.

Para o exercício de 2019, o plano de custeio possui as seguintes regras de contribuição:

• Patrocinadora

As contribuições normais das patrocinadoras poderão variar entre o limite mínimo de 2,33% e o máximo de 7% da Folha de Salários-de-Participação (FSP) de seus empregados, dependendo da opção contributiva do participante ativo, uma vez que a contribuição patronal é paritária até o limite máximo acima definido. Na taxa de contribuição está incluída a taxa para custeio administrativo (0,33% da FSP) e a taxa para cobertura dos benefícios de risco este exercício (0,30% da FSP*). **Percentual proposto com base na reavaliação atuarial apurada considerando as premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo e no Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2018.*

• Participantes

Ativos: Os participantes ativos contribuirão com taxas por eles selecionadas, observando-se o mínimo de 2,33% do Salário-de-Participação (SP), sendo que na taxa de contribuição selecionada está incluída a taxa de 0,33% do SP para custeio administrativo.

BPDs: Os participantes que aguardam BPD recolherão a taxa de custeio administrativo equivalente a 0,66% do salário-de-participação, sendo opcional o recolhimento da taxa para cobertura dos benefícios de risco

Assistidos: Os assistidos pagarão contribuições calculadas com base na alíquota de 1% do valor do benefício, exclusivamente para custeio administrativo.

PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial do Plano Multifuturo II foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade com data-base em 31/12/2018, estando os resultados posicionados nesta mesma data. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

A avaliação atuarial considerou os regimes financeiros e métodos de financiamento que já vinham sendo considerados nos exercícios anteriores, e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006. Houve revisão das premissas financeiras e biométricas, devidamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo da FUSESC, com base nos estudos de análise de aderência de premissas apresentados no Relatório MIRADOR 1.045/2018 (estudo de aderência das premissas biométricas, demográficas e econômicas) e no Relatório MIRADOR 1.441/18 (estudo de convergência da taxa de juros real anual).

Em relação à avaliação atuarial do encerramento do exercício anterior, houve a alteração da premissa “Taxa Real de Juros”, passando 5,00% a.a. para 4,75% a.a, e da premissa “Composição Familiar”, gerando um aumento R\$ 1.014.612,32 nas provisões matemáticas do encerramento de 2018 (equivalente a 0,40%).

O resultado das aplicações financeiras, relativas ao patrimônio dos benefícios definidos do plano, aponta uma rentabilidade nominal de 8,59% ao longo do ano de 2018, que, se comparada com a meta atuarial de 8,74% (taxa real de juros esperada de 5,00% acrescida da variação do INPC), demonstra uma rentabilidade no período de 0,15% abaixo do esperado (equivalente a -1,72%).

O plano demonstrou uma variação positiva no resultado técnico acumulado na ordem de R\$ 1.626.821,11, passando de um Superávit Técnico de R\$ 13.558.844,8 em 31/12/2017 para um Superávit Técnico de R\$ 15.185.666,00 em 31/12/2018, equivalente a 75,60% das provisões matemáticas de benefício definido (6,03% do total das provisões matemáticas).

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela FUSESC R\$ 1.372.280,70, o Resultado Técnico Ajustado fica superavitário em R\$ 16.557.946,70, equivalente a 82,43% das provisões matemáticas de benefício definido.

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o superávit técnico acumulado contábil deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 25% das provisões matemáticas de benefício definido do plano de benefícios, equivalente a R\$ 5.021.992,62, e o montante que ultrapassar este limite, apurado no encerramento de 2018 em R\$ 10.163.673,38, alocado como Reserva Especial do plano.

Face ao exposto neste parecer, por ser o terceiro encerramento de exercício consecutivo em que o Plano Multifuturo II apresenta constituição de Reserva Especial, conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2018, deve ser elaborado e aprovado de Plano de Destinação da Reserva Especial durante o exercício de 2019, a luz da legislação vigente.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2019.


Giancarlo Giacomini Germany
Atuário - MIBA 1.020
Diretor Executivo


Daniela Weber Rabello
Atuária - MIBA 1.747
Consultora Sênior

2.2. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC
Rua Dom Jaime Câmara, 217.
88015-120 Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL – FUSESC** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios I

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios I. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos

mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2018, apresentou resultado positivo de R\$9.104 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios Multifuturo I

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios Multifuturo I. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2018, apresentou resultado positivo de R\$7.994 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

c) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios Multifuturo II

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios Multifuturo II. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2018, apresentou resultado positivo de R\$1.372 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da *FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 28 de fevereiro de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de

emissão do nosso relatório não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

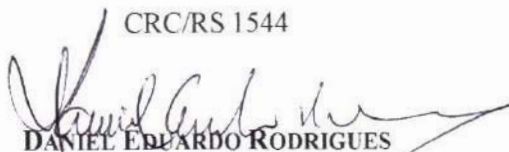
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 1º de março de 2019.

EXACTO AUDITORIA S/S

CRC/RS 1544



DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC RS-30361

2.3. Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Codesc de Seguridade Social FUSESC, de acordo com as Disposições Legais Estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano Benefícios I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Benefícios I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo II, referente ao exercício de 2018, bem como as Notas Explicativas, relatórios de conciliação, inventários de bens e outros documentos, e tendo em vista os Pareceres de Auditoria e Atuarial, da Exacto Auditoria S/S e da Mirador Assessoria Atuarial Ltda., respectivamente, são do parecer que os valores contábeis refletem a situação econ mico-financeira da Entidade, e opinam favoravelmente pela aprovação das Demonstrações Contábeis.

Florianópolis, 07 de març o de 2019.

Ricardo Bayer Battistotti
Presidente

José João Tavares
Conselheiro

Pedro Bramont
Conselheiro

Sérgio Luiz Muniz
Conselheiro

2.4. Parecer do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, em reunião realizada no dia 12 de março de 2019 no uso de suas atribuições, que lhes confere o item XIII do artigo 20 do Estatuto, após o exame dos documentos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano Benefícios I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Benefícios I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo II, referente ao exercício de 2018, bem como as Notas Explicativas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e considerando os Pareceres do Atuário, da Auditoria e do Conselho Fiscal, decidiram, por unanimidade, pela sua aprova o.

Florianópolis, 12 de março de 2019.

Carlos Eduardo Pitz
Presidente

Rafael Lanznaster
Conselheiro

Mauro Luiz de Oliveira
Conselheiro

Evelise de Andrade Meyer Sandri
Conselheira

Fernanda Lamers Grunitzky
Conselheira

Guniberd Metzler
Conselheiro

3. Investimentos

3.1. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano Multifuturo II

Informações da Entidade

Código: 552

Sigla: FUSESC

Exercício: 2018

Plano de Benefícios: 2002004692 - PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO II

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2018 a 12/2018	INPC	5,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 346

Data: 09/11/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	MARCOS ANDERSON TREITINGER	003.632.389-64	DIRETOR FINANCEIRO

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Realiza o apuração de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENTA FIXA	45,00	98,00	82,07
RENTA VARIÁVEL	0,00	33,00	2,43
IMÓVEIS	2,00	8,00	5,89
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	15,00	3,16
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	18,00	6,46
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	98,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2016	2017	2018	Não Aplica
PLANO	12,76	9,19	8,59	
RENTA FIXA	13,86	9,19	9,60	
RENTA VARIÁVEL	22,22	27,09	14,03	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15,54	15,57	6,02	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS	-4,32	-1,01	-0,04	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18,39	11,41	13,66	

Observação:

3.2. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

Informações da Entidade

Código: 552

Sigla: FUSESC

Exercício: 2018

Plano de Benefícios: 9970000000 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2018 a 12/2018	INPC	5,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 346

Data: 09/11/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	MARCOS ANDERSON TREITINGER	003.632.389-64	DIRETOR FINANCEIRO

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENTA FIXA	49,00	100,00	89,73
RENTA VARIÁVEL	0,00	30,00	2,58
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	5,13
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2016	2017	2018	Não Aplica
PLANO	14,41	10,27	8,88	
RENTA FIXA	14,23	9,46	9,17	
RENTA VARIÁVEL	22,18	27,06	14,02	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	14,83	16,06	5,84	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				X
IMÓVEIS				X
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				X

Observação:

3.3. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano Multifuturo II

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE:
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO:
DEZEMBRO DE 2018

SIGLA:	CÓDIGO:
FUSESC	0055-2

CNPJ:
83.564.443/0001-32

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2017	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2018	% APLIC.	% LIMITES RES. nº 4.661, de 25 de maio/18 e Política Investimentos
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	273.076.535,19	100,00	283.186.787,05	100,00	
DISPONÍVEL	1.147,62	-	1.117,57	-	
Bancos e Caixa	1.147,62	-	1.117,57	-	
TÍTULOS PÚBLICOS	145.962.198,93	53,45	127.923.485,54	45,17	Legal até 100%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	145.962.198,93	53,45	127.923.485,54	45,17	Limite Política
Notas do Tesouro Nacional - NTN	122.907.130,43	45,01	126.182.327,74	44,56	Inferior/Superior
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.055.068,50	8,44	1.741.157,80	0,61	45% - 98%
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	984.751,85	0,36	984.751,85	0,35	
COMPANHIAS ABERTAS	984.751,85	0,36	984.751,85	0,35	
Debêntures Conversíveis	-	-	-	-	
Buettner (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
Debêntures Não Conversíveis	984.751,85	0,36	984.751,85	0,35	
Hauscenter S.A (Provisão perdas iminentes de 34% em 2018 e 29% em 2017)	984.751,85	0,36	984.751,85	0,35	
Teka (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
AÇÕES	-	-	-	-	Legal até 70%
COMPANHIAS ABERTAS	-	-	-	-	Limite Política
Mercado de Ações	-	-	-	-	Inferior/Superior
Lorenz (Provisão de 100% para perdas iminentes) - ON	-	-	-	-	0% - 33%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	102.950.022,30	37,70	131.793.241,07	46,54	
Renda Fixa	504.727,77	0,18	409.190,86	0,14	
Modal Gaia	504.727,77	0,18	409.190,86	0,14	
Ações	6.962.707,84	2,55	7.942.030,55	2,80	
Bradesco Platina	6.962.707,84	2,55	7.942.030,55	2,80	
Multimercado	90.507.372,27	33,14	119.062.643,59	42,04	
Multimercado Institucional	73.537.559,71	26,93	78.836.093,86	27,84	
Banco do Brasil - Ágata II - Exclusivo	73.537.559,71	26,93	78.836.093,86	27,84	
Multimercado Estruturado	16.969.812,56	6,21	40.226.549,73	14,20	Legal até 20%
Bradesco FIC MM Prata - Exclusivo	16.969.812,56	6,21	40.226.549,73	14,20	Limite Política
Direito Creditórios	1.035.380,73	0,38	1.032.189,27	0,37	Inferior/Superior
FIDC Ático Abengoa	1.035.380,73	0,38	1.035.380,73	0,37	0% - 20%
Participações	2.272.941,30	0,83	1.775.505,46	0,63	
Brasil Portos e Ativos Logísticos Fip	232.966,26	0,09	200.077,66	0,07	
Brasil Óleo & Gás Fip	140.033,95	0,05	80.839,26	0,03	
Kinea Private Equity II Fip	1.328.597,11	0,49	933.087,02	0,33	
Riviera GR Industrial Fip	571.343,98	0,22	561.501,52	0,20	
Imobiliário	1.666.892,39	0,61	1.571.681,34	0,56	
BB Renda Corporativa	605.283,00	0,22	590.098,20	0,21	
Claritas Logística	1.061.609,39	0,39	981.583,14	0,35	
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - Proporção 9,365514 Total Imóveis	15.029.377,65	5,50	14.810.711,66	5,23	Legal até 20%
ALUGUEIS E RENDA	11.958.136,45	4,38	11.518.458,28	4,07	Limite Política
Uso Próprio	725.047,77	0,27	683.523,28	0,24	Inferior/Superior
Rua Dom Jaime Câmara nº 217, Centro - Fpolis/SC	725.102,53	0,27	683.565,55	0,24	2% - 8%
(+) Valores a Receber	248,11	-	195,06	-	
(-) Valores a Pagar	302,87	-	237,33	-	
Locadas às Patrocinadoras	40.861,84	0,02	31.466,49	0,01	
Rua Antônio de Paula Velho s/n, B. Jardim da Serra/SC	43.342,96	0,02	33.919,58	0,01	
(+) Valores a Receber	314,49	-	342,52	-	
(-) Valores a Pagar	2.795,61	-	2.795,61	-	

Locados a Terceiros	11.192.226,84	4,10	10.803.468,51	3,81	
Av. Osmar Cunha nº 23, Ed. Pérola Negra, Centro - Fpolis/SC	1.580.445,55	0,58	1.541.250,21	0,54	
Rua Jerônimo Coelho nº 33, Ed. Ildefonso Linhares, C/Fpolis/SC	228.844,05	0,08	234.212,33	0,08	
Av. Hercílio Luz nº 59, Ed. Alpha Centauri, Centro - Fpolis/SC	96.454,68	0,04	123.310,12	0,04	
Av. Osmar Cunha nº 15, Ed. Ceisa Center, Centro - Fpolis/SC	297.210,07	0,11	330.653,96	0,12	
Av. Rio Branco nº 155, Ed. Planel Towers, Centro - Fpolis/SC	1.212.240,96	0,44	1.210.057,43	0,43	
Rua Santos Saraiva nº 1155, Estreito, Centro - Fpolis/SC	551.244,00	0,20	413.771,68	0,15	
Av. Rio Branco nº 159, Ed. Barra Sul, Centro - Fpolis/SC	4.170.558,58	1,53	4.359.022,11	1,54	
Rua Álvaro de Carvalho, esq. Ten. Silveira, Ed. Mapil, C/Fpolis/SC	680.434,70	0,25	450.872,31	0,16	
Rua Ten. Silveira nº 63, Ed. Reflex, Centro - Fpolis/SC	1.016.280,59	0,37	643.345,27	0,23	
Rua Artista Bittencourt s/n, Ed. Alcides Abreu, Centro - Fpolis/SC	665.611,86	0,24	774.360,49	0,27	
Rua Dom Jaime Câmara nº 259, Ed. Pedro Gil, Centro - Fpolis/SC	400.699,41	0,15	363.416,26	0,13	
Rua Sérgio Glevinski s/n, Papanduva/SC	69.170,52	0,03	63.536,23	0,02	
Rua Dom Jaime Câmara nº 217, Centro - Fpolis/SC	193.914,47	0,07	252.048,05	0,09	
(+) Valores a Receber	33.888,25	0,01	45.979,71	0,02	
(-) Valores a Pagar	4.770,85	-	2.367,65	-	
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INV. IMOBILIÁRIOS	3.071.241,20	1,12	3.292.253,38	1,16	
Av. Getúlio Vargas s/n, Centro - Biguaçu/SC	25.169,08	0,01	29.370,21	0,01	
Rua Presidente Coutinho nº 84, Centro - Fpolis/SC	3.058.964,23	1,12	3.292.253,38	1,16	
(-) Av. Getúlio Vargas s/n, Centro - Biguaçu/SC (Provisão perdas 100%)	12.892,11	-	29.370,21	0,01	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.149.036,84	2,98	7.673.479,36	2,71	Legal até 15%
EMPRÉSTIMOS	8.149.036,84	2,98	7.673.479,36	2,71	Limite Política
Pos-fixados	8.044.497,64	2,95	7.600.365,32	2,68	Inferior/Superior
(+) Valores a Receber	105.283,78	0,04	74.477,59	0,03	0% - 15%
(-) Provisão perdas iminentes	-	-	-	-	
(-) Valores a Pagar	(744,58)	-	(1.363,55)	-	

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

1. Este resumo esta sendo apresentado de acordo com a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/06, alterada pela Instrução PREVIC nº 2 de 03/03/2011, e Instruções PREVIC nº 11 e 13 de 10/09/2014 e 12/11/2014, respectivamente, e demais legislações pertinentes.

2. Demonstraremos a rentabilidade acumulada Líquida e Bruta (acréscimo das despesas administrativas de investimentos) em 2018 por segmento comparativa com os benchmarks de mercado, como segue:

POR PLANOS DE BENEFÍCIOS SEGMENTOS	LIQUIDA	BRUTA	BENCHMARKS
RENTA FIXA	9,60%	9,83%	MI 9,94% (INPC+6,29%)
RENTA VARIÁVEL	14,03%	14,26%	MI 18,77% (IBOVESPA + 3,24%)
INVESTIMENTO ESTRUTURADO	6,02%	6,24%	MI 7,07% (110% Selic)
IMOBILIÁRIO	-0,04%	0,14%	MI 8,60% (INPC + 5%)
EMPRÉSTIMOS	13,66%	14,35%	MI 13,13% (INPC + 9,38%)
CARTEIRA TOTAL	8,59%	8,80%	

2.1 Rentabilidade líquida e bruta por Fundo de Investimento:

	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)	Taxa de Administração (R\$)	Taxa de Perform ance (R\$)	Demais custos incorridos com a administração terceirizada (R\$)
BB ÁGATA II FIM CRÉDITO PRIVADO	7,08%	6,96%	183.947,09	0,00	206.070,20
BRABESCO FIC FIA PLATINA	14,14%	14,07%	0,00	0,00	51.276,30
BRABESCO FIC FI MM PRATA	7,48%	7,45%	0,00	0,00	97.331,23

3. A meta atuarial da FUSESC é de INPC (mês anterior) mais 5% ao ano, sendo que o acumulado no ano de 2018 ficou em 8,74%;

4. A Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 que revogou a Resolução CMN nº 3.792, de 28/09/2009, desobriga as EFPC's de elaborar a Divergência não Planejada (DNP), que representa a rentabilidade dos investimentos comparada com a meta atuarial da Fundação, desde que possua um modelo próprio de monitoramento de risco de investimentos. Desde o exercício de 2010 a Fundação deixou de elaborar a DNP por possuir tal monitoramento de risco.

5. O valor ao Risco de Mercado (VaR), em 31/12/2018, está demonstrado como segue:

Mandato	Benchmark	Modelo	% Observado	Limite	Horiz. de Tempo
Mandato Exclusivo MM Estruturado	110% Selic	B-VaR	3,79%	7,00%	21 dias
Mandato Exclusivo Crédito Privado	110% Selic	VaR	0,04%	3,00%	21 dias
Mandato Renda Variável Ativa	Ibovespa	B-VaR	2,42%	10,00%	21 dias

6. Os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada estão discriminados no QUADRO II e totalizados por segmento, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR	% Sobre o total da Gestão Terceirizada	% Sobre o total dos Investimentos do Plano
RENTA FIXA	79.868.283,13	60,60	28,21
RENTA VARIÁVEL	7.942.030,55	6,03	2,80
INVESTIMENTOS ESTRUTURADO	42.002.055,19	31,87	14,83
IMOBILIÁRIO	1.980.872,20	1,50	0,70
TOTAL	131.793.241,07	100,00	46,54

7. DESENQUADRAMENTO: As aplicações estão enquadradas de acordo com a legislação vigente.

8. Demonstramos a seguir o total dos investimentos do Plano de Benefício assim como o seus respectivo valores por segmento, em reais e percentuais relativos aos recursos garantidores das Reservas Técnicas:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	% APL.	31/12/2018	% APL.
PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO II	273.076.535,19	100,00	283.186.787,05	100,00
Disponível	1.147,62	-	1.117,57	-
Renda Fixa	222.024.618,99	81,31	208.776.520,52	73,73
Renda Variável	6.962.707,84	2,55	7.942.030,55	2,80
Investimento Estruturado	20.909.646,25	7,66	42.002.055,19	14,83
Imobiliário	15.029.377,65	5,50	16.791.583,86	5,93
Empréstimos	8.149.036,84	2,98	7.673.479,36	2,71

QUADRO I V - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO

A empresa responsável pela auditoria de gestão da FUSESC é a EXACTO AUDITORIA S.S.

QUADRO V - ADMINISTRADOR TECNICAMENTE QUALIFICADO

O administrador tecnicamente qualificado da FUSESC é o Sr. Marcos Anderson Treitinger, CPF nº 003.632.389-64, telefone para contato (48) 32519333 e E-mail para contato: fusescc@fusescc.com.br

3.4. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: DEZEMBRO DE 2018

SIGLA: FUSESC	CÓDIGO: 0055-2
------------------	-------------------

CNPJ: 83.564.443/0001-32

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2017	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2018	% APLIC.	% LIMITES RES. nº 4.661, de 25 de maio/18 e Política Investimentos
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	95.480.779,63	94,90	100.616.700,16	100,00	
DISPONÍVEL	74.049,63	0,07	30.744,31	0,03	
Bancos e Caixa	74.049,63	0,07	30.744,31	0,03	
TÍTULOS PÚBLICOS	44.655.215,86	44,38	40.068.044,64	39,82	Legal até 100%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	44.655.215,86	44,38	40.068.044,64	39,82	Limite Política
Notas do Tesouro Nacional - NTN	39.009.240,14	38,77	39.444.346,32	39,20	Inferior/Superior
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.645.975,72	5,61	623.698,32	0,62	49% - 100%
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	445.732,93	0,44	445.732,93	0,44	
COMPANHIAS ABERTAS	445.732,93	0,44	445.732,93	0,44	
Debêntures Conversíveis	-	-	-	-	
Buettner (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
Debêntures Não Conversíveis	445.732,93	0,44	445.732,93	0,44	
Hauscenter S.A (Provisão perdas iminentes de 34% em 2018 e 29% em 2017)	445.732,93	0,44	445.732,93	0,44	
Teka (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
AÇÕES	-	-	-	-	Legal até 70%
COMPANHIAS ABERTAS	-	-	-	-	Limite Política
Mercado de Ações	-	-	-	-	Inferior/Superior
Lorenz (Provisão de 100% para perdas iminentes) - ON	-	-	-	-	0% - 30%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	50.305.781,21	50,00	60.072.178,28	59,71	
Renda Fixa	252.363,88	0,25	204.595,43	0,20	
Modal Gaia	252.363,88	0,25	204.595,43	0,20	
Ações	2.759.438,46	2,74	3.147.560,56	3,13	
Bradesco Platina	2.759.438,46	2,74	3.147.560,56	3,13	
Multimercado	46.294.136,78	46,01	55.939.801,09	55,60	
Multimercado Institucional	40.035.683,81	39,79	45.208.610,17	44,93	Legal até 20%
Banco do Brasil - Ágata II - Exclusivo	40.035.683,81	39,79	45.208.610,17	44,93	Limite Política
Multimercado Estruturado	6.258.452,97	6,22	10.731.190,92	10,67	Inferior/Superior
Bradesco FIC MM Prata - Exclusivo	6.258.452,97	6,22	10.731.190,92	10,67	0% - 20%
Participações	999.842,09	0,99	780.221,20	0,78	
Brasil Portos e Ativos Logísticos Fip	93.186,51	0,09	80.031,07	0,08	
Brasil Óleo & Gás Fip	62.237,31	0,06	35.928,56	0,04	
Kinea Private Equity II Fip	590.487,61	0,59	414.705,34	0,40	
Riviera GR Industrial Fip	253.930,66	0,26	249.556,23	0,26	

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

1. Este resumo está sendo apresentado de acordo com a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/06, alterada pela Instrução PREVIC nº 2 de 03/03/2011, e Instruções PREVIC nº 11 e 13 de 10/09/2014 e 12/11/2014, respectivamente, e demais legislações pertinentes.

2. Demonstraremos a rentabilidade acumulada Líquida e Bruta (acréscimo das despesas administrativas de investimentos) em 2018 por segmento comparativa com os benchmarks de mercado, como segue:

POR PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA -PGA			
SEGMENTOS	LIQUIDA	BRUTA	BENCHMARKS
RENTA FIXA	9,17%	9,22%	PGA 9,89% (INPC+6,25%)
RENTA VARIÁVEL	14,02%	14,06%	PGA 18,79% (IBOVESPA + 3,26%)
INVESTIMENTO ESTRUTURADO	5,84%	5,88%	PGA 7,07% (110% Selic)
CARTEIRA TOTAL	8,88%	8,88%	

2.1 Rentabilidade líquida e bruta por Fundo de Investimento:

	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade de Líquida (%)	Taxa de Administração (R\$)	Taxa de Performance (R\$)	Demais custos incorridos com a administração terceirizada (R\$)
BB ÁGATA II FIM CRÉDITO PRIVADO	7,08%	6,96%	183.947,09	0,00	206.070,20
BRADERCO FIC FIA PLATINA	14,14%	14,07%	0,00	0,00	51.276,30
BRADERCO FIC FI MM PRATA	7,48%	7,45%	0,00	0,00	97.331,23

3. A meta atuarial da FUSESC é de INPC (mês anterior) mais 5% ao ano, sendo que o acumulado no ano de 2018 ficou em 8,74%;

4. A Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 que revogou a Resolução CMN nº 3.792, de 28/09/2009, desobriga as EFPC's de elaborar a Divergência não Planejada (DNP), que representa a rentabilidade dos investimentos comparada com a meta atuarial da Fundação, desde que possua um modelo próprio de monitoramento de risco de investimentos. Desde o exercício de 2010 a Fundação deixou de elaborar a DNP por possuir tal monitoramento de risco.

5. O valor ao Risco de Mercado (VaR), em 31/12/2018, está demonstrado como segue:

Mandato	Benchmark	Modelo	% Observado	Limite	Horiz. de Tempo
Mandato Exclusivo MM Estruturado	110% Selic	B-VaR	3,79%	7,00%	21 dias
Mandato Exclusivo Crédito Privado	110% Selic	VaR	0,04%	3,00%	21 dias
Mandato Renda Variável Ativa	Ibovespa	B-VaR	2,42%	10,00%	21 dias

6. Os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada estão discriminados no QUADRO II e totalizados por segmento, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR	% Sobre o total da Gestão Terceirizada	% Sobre o total dos Investimentos do PGA
RENTA FIXA	45.208.610,17	75,27	44,93
RENTA VARIÁVEL	3.147.560,56	5,24	3,13
INVESTIMENTOS ESTRUTURADO	11.511.412,12	19,16	11,45
IMOBILIÁRIO	204.595,43	0,34	0,20
TOTAL	60.072.178,28	100,00	59,71

7. DESENQUADRAMENTO: As aplicações estão enquadradas de acordo com a legislação vigente.

8. Demonstramos a seguir o total dos investimentos do Plano assim como o seus respectivos valores por segmento, em reais e percentuais relativos aos recursos garantidores das Reservas Técnicas:

DESCRIÇÃO	31/12/2017 % APL.	31/12/2018 % APL.
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	95.480.779,63 100,00	100.616.700,16 100,00
Disponível	74.049,63 0,08	30.744,31 0,03
Renda Fixa	85.388.996,48 89,43	85.926.983,17 85,40
Renda Variável	2.759.438,46 2,89	3.147.560,56 3,13
Investimento Estruturado	7.258.295,06 7,60	11.511.412,12 11,44

9. As despesas incorridas com taxas de administração, performance e corretagem da Carteira Própria e Fundos de Investimento Exclusivo são registradas dentro dos Fundos de Investimentos, e as despesas de custódia e diretas de investimentos são registradas no grupo de investimentos da Fundação e são segregadas por Plano de Benefícios. Estão demonstrados a seguir as despesas Diretas de Investimentos e da Gestão Administrativa de Investimento e Previdencial:

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE INVESTIMENTOS TOTAL E POR PLANO

DESCRIÇÃO	BEN. I	MULT. I	MULT. II	PGA	TOTAL 2018	TOTAL 2017	VAR. %
Despesas Pessoal e Encargos - Previdencial	1.068.705,38	2.413.080,91	391.008,95	-	3.872.795,24	3.928.820,92	(1,43)
Despesas Pessoal e Encargos - Investimentos	888.650,43	2.006.526,30	325.131,90	-	3.220.308,63	3.193.203,32	0,85
Honorários dos Conselheiros	121.862,99	275.160,16	44.586,15	-	441.609,30	401.496,95	9,99
Honorários de Dirigentes	473.129,04	1.068.300,67	173.104,45	-	1.714.534,16	1.739.979,18	(1,46)
Pessoal Próprio	1.362.363,78	3.076.146,38	498.450,25	-	4.936.960,41	4.980.548,11	(0,88)
Trein./Congr. e Sem./Viag. e Estadias - Previdencial	19.878,08	44.883,75	7.272,88	-	72.034,71	62.625,35	15,02
Trein./Congr./Sem./Viag. e Estadias - Investimentos	15.161,24	34.233,30	5.547,06	-	54.941,60	53.900,85	1,93
Treinamentos/Congr./Sem./Viag. e Estadias	35.039,32	79.117,05	12.819,94	-	126.976,31	116.526,20	8,97
Despesas Serviços de Terceiros - Previdencial	289.401,74	752.244,95	88.729,62	-	1.130.376,31	1.113.958,76	1,47
Despesas Serviços de Terceiros - Investimentos	202.197,37	456.279,50	73.928,93	-	732.405,80	684.086,34	7,06
Consultoria Atuarial	44.835,33	101.235,76	16.403,99	-	162.475,08	158.309,42	2,63
Consultoria Investimentos	47.620,03	107.523,35	17.422,80	-	172.566,18	158.780,39	8,68
Consultoria Jurídica	85.018,95	291.279,53	14.042,49	-	390.340,97	383.639,64	1,75
Informática	214.607,31	483.707,48	78.378,63	-	776.693,42	733.067,04	5,95
Auditoria Contábil	8.513,44	19.222,85	3.114,81	-	30.851,10	18.172,42	69,77
Outros Serv. Terceiros (Seg., Vig., Limp., demais)	91.004,05	205.555,48	33.295,83	-	329.855,36	346.076,19	(4,69)
Despesas Gerais - Previdenciais	267.841,69	529.497,37	86.063,38	-	883.402,44	631.529,52	39,88
Despesas Gerais - Investimentos	212.984,71	434.611,46	70.023,12	-	717.619,29	482.739,36	48,66
Informativo e Divulgação	90.737,75	199.899,95	30.182,19	-	320.819,89	159.909,11	100,63
Locação	144.114,76	230.384,45	38.698,05	-	413.197,26	418.280,52	(1,22)
Água e Energia Elétrica	23.741,06	53.606,24	8.686,22	-	86.033,52	78.630,40	9,42
Comunicação	47.691,14	105.663,76	25.667,11	-	179.022,01	151.104,44	18,48
Entidades Associadas	22.077,77	49.850,43	8.077,60	-	80.005,80	76.842,96	4,12
Impostos e Taxas	12.130,07	27.389,09	4.438,00	-	43.957,16	34.412,30	27,74
Custas e Despesas Judiciais	87.197,91	179.577,19	21.302,50	-	288.077,60	26.830,08	973,71
Outras Desp. Gerais (Manut., Mat., Seguro, demais)	53.135,94	117.737,72	19.034,83	-	189.908,49	168.259,07	12,87
Depreciação e Amortização - Previdencial	15.017,85	33.909,58	5.494,64	-	54.422,07	52.139,35	4,38
Depreciação e Amortização - Investimentos	12.417,02	28.037,05	4.543,00	-	44.997,07	43.109,76	4,38
Depreciação e Amortização	26.834,97	61.946,63	10.037,64	-	98.819,24	95.249,11	3,75
Tributos (Tafic/Pis/Cofins) - Previdencial	154.332,55	340.002,80	57.586,82	-	551.922,17	552.894,60	(0,18)
Tributos (Tafic/Pis/Cofins) - Investimentos	127.604,90	281.120,37	47.613,79	-	456.339,06	457.143,09	(0,18)
Tributos (Tafic/Pis/Cofins)	281.937,45	621.123,17	105.200,61	-	1.008.261,23	1.010.037,69	(0,18)
Diretas Grupo Investimentos - Previdencial	-	-	-	-	-	-	-
Diretas Grupo Investimentos - Investimentos	174.376,77	215.942,74	54.606,65	28.349,56	473.275,72	501.510,14	(5,63)
Taxa de Custódia	73.474,28	105.502,99	22.315,70	6.956,84	208.249,81	222.614,46	(6,45)
Taxa de Controladoria	22.034,50	65.507,90	16.841,16	7.818,66	112.202,22	88.892,54	26,22
Taxa CETIP/SELIC/CBLC	78.867,99	44.931,85	15.449,79	13.574,06	152.823,69	190.003,14	(19,57)
Diretas Fundos de Investimentos - Previdencial	-	-	-	-	-	-	-
Diretas Fundos de Investimentos - Investimentos	22.768,83	112.315,13	31.687,63	17.175,51	183.947,09	172.609,57	6,57
Taxa de Administração, Performance e Corretagem	22.768,83	112.315,12	31.687,63	17.175,51	183.947,09	172.609,57	6,57
Total Gestão Administrativa Previdencial	1.815.177,29	4.113.619,36	636.156,29	-	6.564.952,94	6.341.968,50	3,52
Total Gestão Adm. Investimentos e Diretas	1.656.161,27	3.569.065,85	613.082,08	45.525,07	5.883.834,26	5.588.302,43	5,29
TOTAL	3.471.338,56	7.682.685,21	1.249.238,37	45.525,07	12.448.787,20	11.930.270,93	4,35

QUADRO IV - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO

A empresa responsável pela auditoria de gestão da FUSESC é a EXACTO AUDITORIA S.S.

QUADRO V - ADMINISTRADOR TECNICAMENTE QUALIFICADO

O administrador tecnicamente qualificado da FUSESC é o Sr. Marcos Anderson Treitinger, CPF nº 003.632.389-64, telefone para contato (48) 32519333 e E-mail para contato: fusescc@fusescc.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Vânio Boing
Diretor Superintendente

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro e Administrativo

EXPEDIENTE

Coordenação na Fusesc: Carolina Pereira Simões

Produção gráfica: Frente Comunicação